

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Jogo e Motricidade na Infância

**ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO DO DISTRITO DE
COIMBRA DE ACESSO PÚBLICO**

Alexandra Gouveia Delille

Coimbra, 2020

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Alexandra Gouveia Delille

ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO DO DISTRITO DE COIMBRA DE ACESSO PÚBLICO

Dissertação de Mestrado em Jogo e Motricidade na Infância, apresentada ao
Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra para
obtenção do grau de Mestre em Jogo e Motricidade na Infância

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutor António Sérgio Damásio

Arguente: Prof. Doutor João Júlio de Matos Serrano

Orientador: Prof. Doutor Rui Manuel Sousa Mendes

Novembro de 2020

Agradecimentos

O presente trabalho representou um desafio para mim, na medida em que me enriqueceu como profissional e como pessoa humana. O meu lema consiste em acreditar que estamos constantemente a aprender e, mesmo quando nem sempre tudo corre como o esperado, todas as aprendizagens são gratificantes. Deste modo, gostaria de apresentar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Rui Mendes, pela sugestão do tema que me propôs e o tempo que me dedicou.

Ao Professor Doutor Ricardo Gomes e aos seus alunos do 2.º ano da turma 2019 de Desporto e Lazer, disciplina de Espaços e Equipamentos Desportivos, por terem participado na observação dos Parques Infantis.

À Mestre Lara Neves, pela atenção e ajuda que me deu no lançamento dos dados no IBM SPSS Statistics 25.

Aos Meus Pais, meus melhores amigos, e a alguns outros amigos, pelo carinho e apoio emocional que sempre me prestaram ao longo deste trajeto.

Espaços de Jogo e Recreio do Distrito de Coimbra de Acesso Público

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar os Espaços de Jogo e Recreio (EJR) públicos do distrito de Coimbra, em particular os Parques Infantis. Apresentamos as funções e finalidades dos EJR, normas e regulamentos, assim como as suas potencialidades e objetivos na divulgação e desenvolvimento de uma vida saudável, na importância do livre brincar e, naturalmente, a relevância do movimento e atividade física. Interpreta-se a evolução dos EJR, conferindo especial realce à atual hipermodernidade e às mudanças evidentes das últimas décadas.

Foram observados 169 EJR, usando-se para o efeito o instrumento FOPIN. Os dados obtidos permitem concluir pela tendência significativa para a estandardização dos EJR, quer no que concerne ao tipo de piso, quer aos equipamentos fabricados. As condições de segurança são genericamente boas, mas constata-se o funcionamento de EJR com irregularidades graves, que de acordo com as normas legislativas conduziriam ao seu liminar encerramento pela entidade fiscalizadora. As condições de limpeza e higiene de muitos EJR são baixas e a maioria não possui água potável. Predominam equipamentos monoestruturais e artificiais, que na maioria não proporcionam oportunidades de prática para todos os tipos de habilidades motoras fundamentais na infância.

Palavras-chave: Parques infantis, desenvolvimento motor, motricidade infantil, jogo, brincar.

Spaces of Play and Recreation of the District of Coimbra of public access

Abstract

The present work had as objective to analyse the Public Spaces of Play and Recreation (EJR) of the district of Coimbra, in particular the playgrounds. We present the functions and purposes of the EJR, rules and regulations, as well as their potential and objectives in the dissemination and development of a healthy life, the importance of free play and, of course, the relevance of movement and physical activity. The evolution of the EJR is interpreted, with special emphasis on the current hypermodernity and the evident changes of the last decades.

169 EJRs were observed, using the FOPIN instrument. The data obtained allow us to conclude by the significant trend towards the standardization of EJRs, both with regard to the type of floor and the equipment manufactured. The security conditions are generally good, but the EJR work with serious irregularities, which, according to legislative rules, would lead to its preliminary closure by the inspection authority. The cleanliness and hygiene conditions of many EJRs are low and most do not have drinking water. Mono- structural and artificial equipment predominates, which in most cases does not provide practice opportunities for all types of fundamental motor skills in childhood.

Keywords: Playgrounds, motor development, children's motor skills, games, playing.

Sumário

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	5
2.1.Funções e Finalidade dos Espaços de Jogo e Recreio.....	6
2.1.1. Espaços de Jogo e Recreio: Oportunidades para um salutar percurso de vida.....	13
2.1.2. Normas e Regulamentos	22
2.2.Excurso sobre a união indissolúvel entre brincar, aprendizagem e desenvolvimento.....	29
2.3.Criança, Infância e Sociedade em tempos de mudança	32
2.4. A “sociedade hipermoderna” sob o signo do movimento	34
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	37
3.1.Amostra.....	38
3.2.Instrumentos	38
3.3. Procedimentos.....	38
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	41
4.1. Resultados.....	42
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO	93
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	97
5.1. Conclusão	98
5.2. Limitações do estudo	100
5.3. Investigação futura.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	103
ANEXOS.....	107

Índice de Tabelas

Tabela 1. Localização dos parques infantis	39
Tabela 2. Existência de abrigos para a chuva.....	42
Tabela 3. Existência de bancos.....	42
Tabela 4 . Existência de Wc	43
Tabela 5. Existência de telefone acessível	43
Tabela 6. Existência de fonte de água potável	44
Tabela 7. Existência de equipamentos de várias cores	44
Tabela 8. Existência de equipamentos de madeira	44
Tabela 9. Existência de equipamentos de metal	45
Tabela 10. Existência de equipamentos de outros materiais	45
Tabela 11. Tipo de localização face ao centro da localidade	45
Tabela 12. Localização e enquadramento em relação ao jardim público	46
Tabela 13. Localização e enquadramento em relação ao jardim botânico, reserva natural ou floresta	46
Tabela 14. Localização e enquadramento em relação à piscina	46
Tabela 15. Localização e enquadramento em relação a instalações desportivas	47
Tabela 16. Localização e enquadramento em relação aos parques de merendas.....	47
Tabela 17. Localização e enquadramento em relação a equipamentos de atividade física para adultos	47
Tabela 18. Localização e enquadramento em relação a outros equipamentos	48
Tabela 19. Existência de vegetação.....	48
Tabela 20. Facilidade de acesso a pé.....	48
Tabela 21. Facilidade de acesso de carro	49
Tabela 22. Facilidade de acesso de transportes públicos.....	49
Tabela 23. Existência de zonas de estacionamento para bicicletas, trotinetes e similares	49
Tabela 24. Existência de rua movimentada nas proximidades	50
Tabela 25. Tomada de medidas de segurança para acessibilidade	50
Tabela 26. Medida de segurança – Passadeiras	50
Tabela 27. Medida de segurança – Barreiras de segurança	51
Tabela 28. Boas condições das medidas de segurança implementadas	51
Tabela 29. Facilidade de acesso aos parques para crianças com deficiência.....	51
Tabela 30. Facilidade de acesso aos equipamentos a crianças com deficiência.....	52
Tabela 31. Piso em cimento	52
Tabela 32. Piso em asfalto.....	52
Tabela 33. Piso em relva natural	53
Tabela 34. Piso em areia	53

Tabela 35. Piso de borracha em contínuo (sintético aos quadrados).....	53
Tabela 36. Piso de borracha em contínuo (sintético contínuo)	54
Tabela 37. Piso de terra batida	54
Tabela 38. Piso em areão	54
Tabela 39. Piso de aparas	55
Tabela 40. Boas condições de limpeza do piso	55
Tabela 41. Boas condições de conservação do piso	56
Tabela 42. Piso de base aos aparelhos em cimento	56
Tabela 43. Piso de base aos aparelhos em asfalto	56
Tabela 44. Piso de base aos aparelhos em relva natural.....	57
Tabela 45. Piso de base aos aparelhos em areia	57
Tabela 46. Piso de base aos aparelhos em borracha modular (sintético aos quadrados)	57
Tabela 47. Piso de base aos aparelhos em borracha em contínuo	58
Tabela 48. Piso de base aos aparelhos em terra batida.....	58
Tabela 49. Piso de base aos aparelhos em areão	58
Tabela 50. Piso de base aos aparelhos em aparas.....	59
Tabela 51. Boas condições de limpeza do piso do parque infantil.....	59
Tabela 52. Boas condições de conservação do piso que serve de base aos aparelhos.....	60
Tabela 53. Existência de sinais de utilização por cães	60
Tabela 54. Existência de zona de manipulação – locomoção associada a estruturas fixas	60
Tabela 55. Existência de zona de mobilidade e/ou de uso aberto	61
Tabela 56. Existência de zona de equilíbrio e/ou balanço.....	61
Tabela 57. Existência de zona de criatividade	61
Tabela 58. Existência de zona de multi-atividades	62
Tabela 59. Existência de zona de diferenciação única	62
Tabela 60. Existência de zona de comunicação	62
Tabela 61. Existência de zona destinada a saltos (trampolins e outras estruturas similares)	63
Tabela 62. Existência de zona destinada a skate e outros desportos sobre rodas	63
Tabela 63. Autorização para circulação de bicicletas, trotinetes ou skates	63
Tabela 64. Número de equipamento ou elemento natural para trepar ou escalar	64
Tabela 65. Número de equipamento ou elemento natural para deslizar/escorregar	64
Tabela 66. Número de equipamento ou elemento natural de equilíbrio.....	65
Tabela 67. Número de equipamento ou elemento natural de balanço	65
Tabela 68. Número de equipamento ou elemento natural de rodopiar ou rotação	66
Tabela 69. Número de equipamento ou elemento natural para jogo social	66
Tabela 70. Número de equipamento ou elemento natural para jogo criativo	67
Tabela 71. Número de equipamento ou elemento natural para jogo de atividade física	67
Tabela 72. Número de equipamento ou elemento natural para refúgio.....	68

Tabela 73. Número de equipamento ou elemento natural multi-estruturais.....	68
Tabela 74. Número de equipamento ou elemento natural uni-estrutural.....	69
Tabela 75. Número de equipamento ou elemento natural de estrutura única e diferenciada.....	69
Tabela 76. Número de equipamento ou elemento natural de estrutura de uso aberto	70
Tabela 77. Número de equipamento ou elemento de estrutura de circulação	70
Tabela 78. Número de equipamentos de equilíbrio.....	71
Tabela 79. Número de equipamentos com armações para trepar e escalar	71
Tabela 80. Número de equipamentos para suspensão.....	72
Tabela 81. Número de equipamentos com alvos para bolas.....	72
Tabela 82. Número de equipamentos gímnicos	73
Tabela 83. Número de baloiços tradicionais	73
Tabela 84. Número de baloiços em pneus.....	74
Tabela 85. Número de baloiços coletivos.....	74
Tabela 86. Número de baloiços em corda	74
Tabela 87. Número de balancins de mola	75
Tabela 88. Número de pontes.....	75
Tabela 89. Número de balancés	76
Tabela 90. Número de carrosséis	76
Tabela 91. Número de escorregas convencionais.....	76
Tabela 92. Número de escorregas largos.....	77
Tabela 93. Número de escorregas em tubo	77
Tabela 94. Número de escorregas em espiral.....	78
Tabela 95. Número de modelações	78
Tabela 96. Número de postes de bombeiros.....	78
Tabela 97. Número de argolas.....	79
Tabela 98. Número de combinações de equipamentos pequenos.....	79
Tabela 99. Número de combinações de equipamentos grandes	80
Tabela 100. Número de estruturas de jogos	80
Tabela 101. Número de equipamentos de representação estática – animais	81
Tabela 102. Número de equipamentos de representação estática – barcos, automóveis e motas.....	81
Tabela 103. Número de equipamentos de representação estática – esculturas.....	82
Tabela 104. Número de equipamentos de representação estática – troncos de árvores	82
Tabela 105. Número de equipamentos de representação estática – túneis	82
Tabela 106. Número de equipamentos de representação estática - escavadoras	83
Tabela 107. Número de equipamentos de representação estática – moinhos e acessórios	83
Tabela 108. Número de equipamentos de refúgio – cabanas	84
Tabela 109. Número de equipamentos de refúgio – abrigos	84
Tabela 110. Número de equipamentos de refúgio – torres e fortes	85

Tabela 111. Número de equipamentos de refúgio – casa de jogo tradicional	85
Tabela 112. Número de caixas de areia.....	85
Tabela 113. Número de blocos de construção.....	86
Tabela 114. Número de equipamentos de água.....	86
Tabela 115. Número de módulos de madeira.....	86
Tabela 116. Falta de alguma parte da estrutura dos equipamentos	87
Tabela 117. Partes de estruturas danificadas.....	87
Tabela 118. Falta de parafusos.....	88
Tabela 119. Suportes não fixos ao chão.....	88
Tabela 120. Sinais de ferrugem ou corrosão	88
Tabela 121. Lascas, fendas, saliências e pregos.....	89
Tabela 122. Existência de sinais com a informação da idade a que se destina o parque.....	89
Tabela 123. Existência de sinais com a informação da idade a que se destinam as estruturas.....	89
Tabela 124. Existência de sinais com a informação das restrições e limitações do parque	90
Tabela 125. Existência de sinais com a informação de proibição para cães	90
Tabela 126. Existência de sinais com a informação da entidade a quem comunicar acidentes.....	90
Tabela 127. Existência de espaço que impeça colisão de aparelhos	91
Tabela 128. Colocação dos aparelhos sem perigo de colisão com crianças	91
Tabela 129. Organização do espaço para diferentes faixas etárias.....	91

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Como princípio estruturante do nosso trabalho escolhemos, sob uma perspetiva sincrónica e diacrónica, a via que nos leva do geral ao particular, do contexto histórico englobante ao objeto singular e atual, do fenómeno amplo e complexo internacional ao caso específico da realidade nacional do tempo presente, enfim, da teoria à prática, ou seja, à experiência empírica dos nossos dias e ao estudo de campo restrito relativo ao Distrito de Coimbra.

Aproximamo-nos desta forma – passando por círculos sistémicos cada vez mais restritos, mais concretos e mais identificadores – do assunto específico a analisar. Este procedimento metodológico tem simultaneamente sempre em boa conta a relevância do livre brincar enquanto elemento promotor do desenvolvimento infantil e da saúde física e mental da criança. Neste sentido, o tema do presente trabalho será seguidamente objeto de análise empírica, nova e atual, com que pretendemos contribuir para um melhor conhecimento da situação concreta e verdadeira em que se encontram os Espaços de Jogo e Recreio (EJR), mais especificamente os Parques Infantis municipais, de uso público, não restritivo do ponto de vista nem temporal nem social, no vasto panorama do Distrito de Coimbra, seguindo os parâmetros pré-estabelecidos na ferramenta Ficha de Observação de Parques Infantis FOPIN® (2019) (Anexo 1) de Mendes, Gomes e Damásio (2019), numa edição adaptada, revista e aumentada, a partir de Cordovil, Lopes e Neto (2018).

Assim, subdividimos o presente trabalho de natureza académica em duas partes: uma primeira, de carácter teórico, e uma segunda, empírica, cada uma delas subdividida em vários capítulos.

Depois da presente introdução, desenvolver-se-á a revisão da literatura crítica. Analisar-se-ão as funções e a finalidade dos EJR e, seguidamente, abordar-se-ão os EJR enquanto oportunidades para um salutar percurso de vida. Analisam-se Normas e Regulamentos, tematiza-se a união indissolúvel entre brincar, aprendizagem e desenvolvimento, interroga-se o lugar da criança e o estatuto da infância e da própria sociedade em tempos de mudança, analisando-se, nomeadamente, a “sociedade hipermoderna” sob o signo do movimento.

Na parte empírica, por sua vez, apresentar-se-ão a amostra, os instrumentos e os procedimentos efetuados na realização do trabalho, sendo a seguir elencados e postos à discussão os resultados. O trabalho chega ao seu término com a conclusão, as limitações do estudo e sugestões para a investigação futura.

**CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA: CONCEITOS
FUNDAMENTAIS**

2.1. Funções e Finalidade dos Espaços de Jogo e Recreio

Está na natureza humana o impulso irrestringível do movimento físico-sensorial como via de descoberta e apropriação (*a pari passu*) do mundo envolvente, num processo de ativação e desenvolvimento do potencial genético – físico-percetivo, cognitivo, emotivo e socializante, processo de aprendizagem com todos os sentidos ou, na fórmula do ainda hoje muito evocado pedagogo, educador e reformador educacional, suíço-alemão Johann Heinrich Pestalozzi (Zurique, 1746 – Neuhof [‘Quinta Nova’], 1827): “aprender com cabeça, coração e mão” (*Lernen mit Kopf, Herz und Hand*) (Brockhaus, 2001). Em percursos normais, este ímpeto natural para a movimentação é insubstituível, imparável e indestrutível, achando espaço livre para a sua exercitação. Hoje em dia, porém, a explosão e densidade concentracional das urbes e o notório aumento do trânsito automóvel tornaram as ruas e as praças urbanas impraticáveis para jogos ou brincadeiras, de modo que, perante a falta de outros lugares antigamente livres e agora ocupados pelo urbanismo sempre crescente (campos, silvas ou florestas etc.), ficou para o exercício de atividades físicas, em regra, apenas a frequência de espaços institucionais. Nesta ordem de ideias parece justo dizer que os EJR constituem uma substituição dos muitos e variados espaços de antigamente, apropriáveis e adaptáveis a todo tipo de livre brincar e de jogos tradicionais e populares ou de invenção espontânea. Este entendimento já deixa entrever os princípios de funcionalidade a que devem obedecer a conceção e a implementação de EJR, princípios esses que se deixam resumir numa fórmula singela: menos sofisticação estandardizada dos equipamentos e, em seu lugar, mais variação ambiental estimulante para o potencial criativo e imaginativo das crianças.

Por mais evidente e verdadeira que possa parecer esta explicação simples e taxativa em resposta à questão formulada no título do presente subcapítulo, é forçoso questioná-la e historicamente perspetivá-la nas suas diversas vertentes, porque também a conceção dos EJR reflete as políticas e a sociedade das respetivas épocas.

A génese dos EJR está estreitamente ligada à industrialização do século XIX (Primeira Revolução Industrial) e ao célere e gigantesco crescimento das cidades (exemplos de Berlim, Londres e outras cidades dos países pioneiros da industrialização), sendo esta uma das suas consequências mais marcantes. Nas zonas ainda rurais dos países industrializados ou em vias de industrialização não se sentiu a necessidade de implantar este novo tipo de espaços, visto que as crianças e jovens aí podiam continuar a brincar livremente nos espaços naturais a que estavam habituados. Nas grandes concentrações urbanas, porém, que cresciam em torno das fábricas e onde careciam cada vez mais os espaços livres da natureza, surgiu como único recurso e retiro para as crianças a implementação de lugares próprios e delimitados para onde recolher os filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras, cujas jornadas laborais abrangiam nesses tempos a quase totalidade do dia. Assim se compreende que os EJR, durante os primeiros tempos da sua existência e por várias décadas ainda do século XX, constituíssem, primordialmente, um fenómeno citadino, ou seja, um produto colateral da cidade industrializada. Na aldeia não faziam falta. Somente a estreiteza das condições habitacionais e o facto de as famílias não poderem cuidar dos filhos durante o dia tornaram necessários espaços de recolha ou retiro que garantissem a vigilância e segurança das crianças.

Nos países que mais cedo abraçaram a industrialização (como foi, na senda da Inglaterra, o caso da Alemanha, onde já na década de 1820 começaram a surgir, ainda que raros, os primeiros EJR municipais), esses locais não tinham como meta promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças, mas, sim, assegurar a sua guarda, protegê-las dos perigos e ameaças dos grandes centros industrializados, prevenindo a sua mendicância pelas ruas da cidade. Esta função de proteção infantil manteve-se ainda por longo tempo, incluindo, e com mais ampla profusão, as primeiras décadas do século XX. Foi principalmente a partir da época do Pós-Segunda Guerra Mundial que o panorama mudou de forma radical, devido às novas ideias e propostas de pedagogos, planeadores urbanísticos, arquitetos paisagistas e, também, artistas plásticos. Num ambiente de renovação generalizada a nível internacional, e sob o

efeito das Declarações dos Direitos da Criança, a primeira, já de 1924, da Liga das Nações (Declaração de Genebra), a segunda, de maior impacto, de 1959, da Organização das Nações Unidas/UNICEF (Declaração dos Direitos da Criança), a conceção e a finalidade dos EJR mudaram de rumo, indo ao encontro da personalidade da Criança, dos seus gostos e interesses, visando o natural desenvolvimento das suas potencialidades. Assistiu-se assim a uma fase de experimentação e disputa de variadas ideias e conceções pedagógicas e artísticas, surgindo depois, no rasto da radical Geração de 1968, novos formatos de EJR, bem distintos dos modelos tradicionais. Sobressaíram, então, os Espaços de Aventuras ou de Tralhas Velhas e de partes soltas (*Loose parts*), em que as próprias crianças assumiam o papel de “designers” e de “fabricadores” dos equipamentos e de todo o envolvimento, recebendo para tal em mãos os respetivos utensílios e materiais. Tratou-se de projetos em boa parte baseados ideologicamente em conceções antiautoritárias. A partir da década de 1980, perante a subida acentuada de acidentes graves e mesmo mortais de crianças e jovens nos diversos tipos de EJR, fossem eles tradicionais ou mais recentes, surgiu a necessidade de implementar normas de segurança infantil que incluíssem a qualidade técnica de fabricação dos equipamentos, a sua manutenção, inspeção e fiscalização, com o intuito de excluir a possibilidade de acidentes causados por falhas materiais. Este controlo, oficial e apertado, sobre os EJR, seu planeamento e implementação, refinou-se nos anos seguintes, culminando, como adiante referiremos, nas Normas Europeias, nomeadamente na EN 1176 e na EN 1177, com as suas respetivas atualizações introduzidas desde então e até aos nossos dias.

Por mais ponderosas que fossem as motivações que levaram aos referidos regulamentos protetores das crianças, elas não constituirão, por certo, a verdadeira finalidade ou a último rácio dos EJR. Nos tempos que vão correndo, aliás, não são poucos os especialistas em Educação e EJR que veem na hiperatividade seguradora e controladora, higienizante e inevitavelmente estandardizante, uma ameaça ou restrição do verdadeiro sentido dos EJR como lugares de desenvolvimento criativo das crianças.

No que a Portugal diz respeito, julgo que está afastado esse perigo, sobretudo desde que, com a nova legislação de 2015, se amenizou o excesso legislativo anterior

(Decreto-lei de 2009) com a conseqüente ação fiscalizadora da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), excesso que pôs em sério risco, por implicar encargos insuportáveis (e, afinal, inúteis para o problema da segurança infantil), a sobrevivência de numerosos EJR (LexPoint, 2015).

No capítulo da ação controladora, porém, há países, como a Alemanha ou a Suíça, conhecidos pelo seu rigorismo em questões de ordem e organização, em que a tendência para a standardização e o supercontrolo exercido sobre os EJR (com a afixação das coimas para casos de contraordenação, por exemplo quanto à presença ou introdução de animais nos parques), é por muitos pedagogos e outros especialistas ou ativistas pela causa dos direitos infantis sentida e combatida como sendo um obstáculo ao livre brincar e desenvolvimento das crianças.

A propósito da problemática uniformização standardizante dos EJR, importa lembrar a crítica expressa no conhecido estudo-guia canadiano *Seven C's: An informational guide to young children's outdoor playspaces* (Consortium for Health, Intervention, Learning and Development [CHILD], 2007) respeitante a essa tendência observável nos parques infantis analisados, vista como consequência da não integração da voz das crianças na criação dos referidos espaços.

Entre as manifestações mais recentes neste contexto, conta-se a de Gabriela Burkhalter, politóloga e planeadora urbanística suíça, curadora da exposição *The Playground Project*, inaugurada em 2016 na Kunsthalle (Galeria de Arte) de Zurique, evento que, a seguir, pôde ser vivenciado em diversas outras galerias de arte internacionais. O que a autora e curadora suíça-alemã aponta e censura, no livro-catálogo da exposição e em entrevistas à imprensa, é a falta, em muitos dos EJR, de possibilidades construtivas e de espaço propício para o desenvolvimento da criatividade infantil. Na sua opinião, a maioria desses espaços sofre dum excesso de standardização e de higienização, assim como de uma permanente “loucura de segurança e controle” (*Sicherheits- und Kontrollwahn*). Através de muitos exemplos internacionais da história dos EJR, a exposição e o respetivo catálogo revelam que nem sempre fora assim, pois apresentam o espaço de jogo como um lugar privilegiado de desenvolvimento e de criação artística. A conceção da autora Gabriela Burkhalter

assemelha-se à dos *Seven Cs Findings* (saliento a sua posição contra a estandardização e a exclusividade de planificação dos adultos, assim como o seu empenho em favor da inclusão das crianças nas decisões a tomar), mas vai muito além daquilo que habitualmente se entende por um EJR criativo. Pois que ela aproxima o conceito de EJR ao de uma obra de arte, o que aliás explica a escolha do lugar (uma galeria de arte) para a inauguração deste evento dirigido expressamente a crianças, arquitetos e artistas plásticos. Para a autora os EJR devem ser concebidos como criações artísticas e não como produtos da indústria especializada em EJR.

Entre as muitas reportagens jornalísticas sobre *The Playground Project*, salienta-se a do jornal berlinense *taz, die tageszeitung: Sinn und Zweck von Kinderspielplätzen* [Sentido e Finalidade dos Espaços de Jogo e Recreio], que coloca em relevo os aspetos mais marcantes da orientação concecional do evento e do conceito artístico-pedagógico da curadora relativo aos espaços de jogo e recreio (Schmidt, 2016), dos quais se destacam os seguintes:

1) A rejeição da estandardização industrial dos EJR, observável na maioria dos espaços existentes, e da qual resulta que os parques infantis estão a tornar-se cada vez mais parecidos (Schmidt, 2016).

2) A estreita ligação do EJR à arte; o facto de uma instituição de arte se sentir responsável pela pesquisa no *playground* torna-se imediatamente compreensível quando se admira o catálogo da exposição de Gabriela Burkhalter (Schmidt, 2016).

3) A rejeição da perspectiva exclusivamente adulta na projeção de EJR e a defesa da inclusão da voz da Criança nas decisões a tomar, para evitar que o *playground* se torne “[...] uma espécie de curativo das feridas do mundo dos adultos” (Schmidt, 2016).

4) O questionar dos excessivos cuidados de segurança e controlo nos EJR, bem característicos, aliás, dos “tempos hipermodernos”, marcados pela ‘aversão ao risco’ (Schmidt, 2016). A exposição mostra bons exemplos que revelam que nem sempre fora assim:

[...] Em 1943, no meio da guerra e no meio de um bairro habitacional, foi criado, na cidade dinamarquesa de Emdrup, o primeiro parque infantil de ferro velho ("Skrammelgedeplads), precursor de todos os parques infantis de aventura. Olhando para as crianças, nas fotos do catálogo ou do arquivo on-line, como trepavam uma torre de madeira construída por elas próprias, cria-nos vertigens; os pais de hoje já não permitiriam nada disto. (Schmidt, 2016)

5) A excessiva procura de segurança e o conseqüente estabelecimento de certas normas, responsáveis desde os anos oitenta pela mudança da imagem dos espaços de jogo, representam uma ameaça para a liberdade das crianças, para o seu livre brincar. Nestas questões (e cito a conclusão a que chega o jornalista):

[...] é necessário encontrar para os espaços de jogo e recreio um equilíbrio entre os padrões de segurança e o jogo criativo, pois o risco calculado faz parte do processo de aprendizagem. Hoje, porém, é mais possível conseguir isto sob o rótulo de "arte". [...] (Schmidt, 2016)

Esta última afirmação indicia, a meu ver, um interessante e possível rumo a seguir, tendo em vista a finalidade e a funcionalidade dos espaços de jogo e recreio.

Para concluir as reflexões acerca do tema deste subcapítulo, não podemos deixar de referir, resumidamente, as ideias expressas pelo talvez maior fabricante mundial especializado em equipamentos para EJR, a firma sueca HAGS, sobre os requisitos funcionais de um bom parque infantil, que devem ser sempre bem estudados aquando da sua planificação e implementação:

- a) Movimento
- b) Treino da capacidade motora
- c) Desempenho de papéis
- d) Construção
- e) Treino da criatividade

- f) Treino dos sentidos
- h) Treino de crianças pequenas
- i) Adaptação para incapacitados
- j) Segurança
- k) Atratividade
- l) Convívio
- m) Vegetação / árvores (oásis para toda a família)
- n) Meio ambiente (recantos protegidos da intempérie).

Do exposto concluímos que a variação constitui um princípio-base daquilo que se entende por um bom EJR, sendo a variedade das *affordances* o melhor caminho para tornar o espaço atrativo para todos, tanto para crianças e jovens, como para idades mais avançadas, em consonância com a sua destinação de (conforme as fases etárias ou casos particulares) promover, conservar ou renovar o bem-estar físico-mental e psíquico-social das pessoas, despertando (ou refrescando) nelas também o gosto pelo que significa a natureza e o respeito por aqueles que, por qualquer motivo, se apresentem inibidos de certas capacidades físicas.

Acrescentamos que a questão da atratividade das ofertas ou, por outras palavras, da atração por elas exercida sobre os utentes do parque, tem obviamente a ver, e em primeiro lugar, com as faixas etárias envolvidas. Assim, se até à idade dos seis anos, mais ou menos, não serão, por certo, os equipamentos para treino e desenvolvimento da motricidade grossa que nas crianças despertam a maior curiosidade e interesse, mas sim os objetos menores, mais próximos delas e ao seu alcance. Podem ser, por exemplo, elementos da natureza, areia, coisas caídas das árvores, *loose parts*, etc. os objetos que mais diretamente apelam às suas faculdades imaginativas e criativas, transformando simbolicamente os tais elementos soltos e inventando em volta deles pequenas histórias. Durante o espaço de tempo que mede entre os seis e os doze anos,

por sua vez, verifica-se um crescente aumento da amplitude dos movimentos e da consequente necessidade e procura de maiores espaços físicos para treinar e expandir à vontade as suas capacidades corporais. Para estas idades então, o que mais as atrai serão aqueles equipamentos e espaços que respondam à impulsão expansiva e aperfeiçoadora das suas capacidades motoras.

2.1.1. Espaços de Jogo e Recreio: Oportunidades para um salutar percurso de vida

O século XXI nasceu sob o signo do movimento, tendo a imagem do corpo em movimento ganho uma mediatização tal que hoje não será fácil discernir com clareza por onde percorre a fronteira que separa o que gostaríamos de chamar o imperativo biológico do movimento, como herança genética do ser humano, daquilo que surgiu como um fenómeno efémero ou epocal da moda e do slogan publicitário. Nos “tempos hipermodernos” em que vivemos, esta barreira (à semelhança de outras barreiras) parece ter-se esbatido. O mundo real e o mundo fictício e imaginário confundem-se ou, melhor, fundem-se um no outro (um fenómeno por ventura observável também nas brincadeiras das crianças ou nos jovens, ‘presos’ pelos seus jogos de computadores, pelos iPhones e tablets). Quanto às imagens televisivas, somos diariamente ‘bombardeados’ com invejáveis e contagiantes ‘corpos em movimento’, de grande leveza e destreza, assistidos e aclamados por grupos de populares em alegre e divertido convívio, sendo-nos assim transmitida a ideia de uma sociedade feliz e satisfeita em si mesma (Lipovetsky et al., 2014; Lipovetsky et al., 2018).

A realidade social, porém, não é necessariamente aquela que aparenta ser, pois parecer e ser entram frequentemente em choque, em engano mútuo. Desde há anos que as organizações mundiais, regionais e nacionais de Saúde Pública alertam as pessoas de todos os grupos etários para o problema crescente das chamadas “doenças civilizacionais” e para a necessidade da prática regular de atividades físicas como ‘remédio’ indispensável para as prevenir e para garantir um bem-estar físico-mental durante o percurso da vida, desde a infância até à velhice, evitando futuros encargos insuportáveis ao erário público. Este alerta tem por base aliás, e não em último lugar,

a acentuada e preocupante alteração da pirâmide demográfica, na qual o grupo dos idosos ganhou fortemente em percentagem sobre o grupo dos jovens, hoje percentualmente diminuído.

Um alerta vigoroso e empiricamente fundado vem também da parte dos pedagogos e neurocientistas, médicos, psicólogos, filósofos e outros responsáveis, preocupados com o problema do desenvolvimento de crianças e jovens nestes tempos de gigantescos saltos tecnológicos e profundas mudanças sociais. Oficial e legalmente, os direitos da criança, nomeadamente o do livre brincar, estão garantidos pela Convenção das Nações Unidas e, por conseguinte, pelos governos das nações que a ratificaram. Os enormes desafios e atrativos que a sociedade hipermoderna coloca aos jovens, e mesmo já às crianças, porém, resultam fortemente inibitórios da referida garantia, tornando difícil a sua transposição para a vida prática. Pois como se pode querer que uma criança, com uma agenda diária já muito carregada (devido ao afã dos pais, que pretendem o máximo sucesso futuro para os seus filhos), tenha sequer tempo livre para os jogos e brincadeiras que antigamente caracterizavam os muitos e animados tempos livres passados com amigos em tarefas e jogos variados e sempre criativos, cumprindo-se naquilo, muito naturalmente e com bom proveito, o imperativo biológico do movimento. As crianças e os jovens de hoje, atraídos pelo mundo da ficção que o fantástico salto tecnológico lhes oferece em troca de um simples clique, e em que podem ser manipuladores, dominadores e exterminadores (vingando-se do mundo dos adultos?), passam longas horas debruçadas sobre os seus computadores, iPhones e tablets, habituando-se a um estilo de vida largamente sedentário, causador (em companhia do *fastfood*) de problemas e desordens de saúde que em breve ou a médio prazo os poderão vir a afligir.

Os entendidos, pedagogos e médicos, psicólogos, cientistas e investigadores, sociólogos e até filósofos, alertam para os perigos deste estilo de vida e adiantam medidas e projetos, novas formas educativas ou simples conselhos e recomendações, para se promover e implementar a regularidade do exercício físico desde a idade pré-escolar e escolar, evitando longos períodos sentados.

Os tempos e os espaços livres para jogos, brincadeiras, entretenimentos de outrora deixaram hoje, em larga medida, de existir. Isto aumentou a absoluta necessidade de conceber e criar cada vez mais instrumentos de substituição, sobretudo – e por justo entendimento e iniciativa própria – do(s) Estado(s) e do(s) Governo(s) – Espaços de Jogo e Recreio públicos, sem restrição de sexo, idade ou situação social.

À medida que o conceito de EJR (Parque infantil, *Playground*, *Kinderspielplatz* ou outras designações, conforme os países e as línguas) foi progredindo, de acordo com as necessidades sociais, culturais, educacionais e relativas à saúde e ao desenvolvimento equilibrado das crianças e dos jovens, no percurso de diversas épocas históricas, consolidou-se cada vez mais a ideia da relevância primária do livre brincar e jogar espontâneo infantil e juvenil. Da vasta bibliografia que sobre este tema existe, destacamos, por ordem cronológica, alguns autores mais estreitamente relacionados com o presente estudo: López (2000), Montanés et al. (2000); Neto (2001); Samuelsson e Carlsson (2008), Shipley (2008); Krenz (2010); Goldstein (2012); Welsh Government (2012); Brown (2013); Pecci et al. (2015), Textor (2015); Hüther et al. (2016); Coelho e Vale (2017), Coelho (2017).

O conceito e projeto escolar neste contexto mais marcante, mais consistente e mais bem-sucedido, largamente estudado e discutido, nomeadamente nos países de língua alemã, de onde aliás é oriundo, é certamente o da *Bewegte Schule* (Escola em Movimento); *School in Motion* ou também *In Motion School*, em países de língua inglesa).

É sabido que foi o atleta e acrobata de alta competição suíço Urs Illi, pedagogo e docente de Ciências da Motricidade Humana e do Desporto, iniciador de manifestações públicas de alerta para o crescente problema das dores de costas dos alunos em consequência dos longos períodos forçosamente sentados em carteiras apertadas, reformador, enfim, da ideia e instituição de ‘Escola’, da vida escolar e do ambiente em que se processa a aprendizagem, visando, através do princípio fundamental do movimento, uma formação mais harmoniosa, mais saudável e mais eficaz da personalidade das crianças, pois foi este Urs Illi quem nos anos oitenta do século passado idealizou, concebeu e conseguiu implementar na Suíça, primeiro, em

1983, sob a forma de projeto-piloto (o qual rapidamente transpôs as fronteiras com a Alemanha e a Áustria), um novo modelo pedagógico-escolar, a que deu o nome de *Bewegte Schule*, com as vertentes de *Bewegtes Sitzen* (Sentar dinâmico), *Bewegte Pause* (Intervalo ou recreio em movimento) e *Sinnaktives Lernen* (Aprendizagem sensorialmente ativa ou seja: Aprender com todos os sentidos). Esta fórmula faz lembrar a divisa doutrinária pestalozziana, revolucionária no seu tempo e conceptualmente avançada ainda hoje: *Lernen mit Kopf, Herz und Hand* / Aprender com cabeça, coração e mão.

Um dos motivos mais ponderosos que incentivaram a intervenção reformista de Illi foram as visíveis consequências nefastas da chamada *Sitzschule* (Escola sentada) para a saúde física, psíquica e mental das crianças, que ele próprio pôde presenciar e lhe foram atestadas por muitos colegas. O movimento ganhou assim uma função compensatória, de certa forma terapêutica, para desordens comportamentais, desatenção e dificuldade de concentração, irritabilidade e agressividade, mal-estar físico e psíquico, hiperatividade etc. e também tendência adiposa, dores de cabeça e de costas, desinteresse nas aulas e outros transtornos mais. O conceito da Escola em Movimento impôs-se em países como a Suíça, a Áustria, a Alemanha ou o Luxemburgo e pertence hoje ao rol das prioridades educacionais dos próprios governos nacionais, cantonais ou estaduais, subdividindo-se em variantes ou “modelos” distintos (Modelo suíço, Modelo austríaco, *Regensburger Modell* - Modelo de Ratisbona -, *Modell Niedersachsen* - Modelo da Baixa Saxónia, etc.). Todos estes modelos, porém, são variações de uma e a mesma ideia central, sugerindo que o conceito de ‘movimento’, no entender de uma pedagogia reformista adequada para os tempos de hoje, não deve ser tido e usado nem como mero acompanhante ou acompanhamento da aprendizagem, tampouco ou apenas como compensação de desordens comportamentais e problemas de saúde resultantes do sedentarismo e da inatividade física, mas sim como princípio-base inerente e indispensável ao próprio processo de aprendizagem, o que se deixa resumir na seguinte fórmula-divisa: aprender não com movimento, mas sim pelo ou através do movimento, fórmula que conseqüentemente se aplicará às aulas das disciplinas chamadas “académicas”, como sejam as de Línguas, Matemática, História, Geografia etc. Uma tal compreensão do

âmbito e da profundidade significativa de ‘movimento’, fruto da evolução que o conceito de *Bewegte Schule* (intensamente estudado e questionado, ao longo de duas décadas, em inúmeros trabalhos a nível teórico e empírico) entretanto trouxe, não deixará de ser suscetível de dificultar a sua transposição para o meio escolar e a prática pedagógica dos/das professores/professoras, como, de resto, se conclui de certas análises empíricas, sobretudo qualitativas, onde se atesta e se questiona a discrepância aberta entre as exigências teórico-científico-pedagógicas e a realidade escolar.

Quais então são essas exigências ou condições exigíveis para a obtenção do prémio almejado de *Bewegte Schule*? Quais os obstáculos a ultrapassar para, na atual conjuntura competitiva, se chegar a este precioso predicado, meta ansiada de todo aquele estabelecimento de ensino que se preze de estar aberto ao futuro e preparado para os desafios que aí vêm.

Os considerandos justificativos do projeto “Escola em Movimento” são transversais dos vários modelos e variantes da “Escola em Movimento”, no âmbito do espaço de língua alemã, assim como os motivos aduzidos para uma reforma pedagógico-escolar e educacional. Resumindo, e citando um dos documentos por assim dizer fundacionais da nova orientação (o do Estado da Baixa Saxónia, de 2001), a promoção do novo conceito de ensino e aprendizagem, que implica também o entendimento da instituição ‘Escola’ como um centro educativo, cultural e social da comunidade em que se insere, tem por base os seguintes fatores críticos da sociedade dos nossos dias:

- a) Os riscos do desenvolvimento infantil diante do pano de fundo da acelerada mudança social;
- b) A crise imanente e iminente para o mundo da motricidade infantil;
- c) Os prejuízos daí advindos para a saúde de crianças e jovens, futuros adultos;
- d) A poluição do meio ambiente ecológico;
- e) O perigo de drogas, etc.;

- f) A mudança radical dos hábitos e estilos de vida das crianças, ou seja, a crise do seu mundo vital, sob a crescente tecnicização e mediatização dos tempos livres.

Com base nestes sinais críticos ou mesmo alarmantes das atuais sociedades erguem-se os seguintes argumentos a favor da reforma escolar, centrados na relevância fundamental da atividade motora para o desenvolvimento da criança, na medida em que:

- a) Faculta um melhor acesso à aprendizagem (“aprender com todos os sentidos”);
- b) Ativa a aprendizagem social;
- c) Contribui para uma vida saudável;
- d) Previne contra atos de violência;
- e) Abre a oportunidade para uma “Escola em Movimento” se transformar em centro educativo-cultural duma comunidade.

Quais, agora, são os requisitos indispensáveis duma “Escola em Movimento”, quais as condições exigíveis para a obtenção deste predicado? Continuamos a citar, resumindo, o referido documento, o qual, para além da parte físico-motora, põe em destaque a importância do “movimento mental”, ou seja, a abertura das mentalidades. Assim temos, para a vertente físico-motora, os seguintes desideratos:

- a) Espaços atrativos, *affordances* suscitando movimento;
- b) Tarefas de movimento não só nas aulas de Educação Física;
- c) Ritmização do dia escolar, visando a alternância entre stress e relaxamento – e, no que respeita à questão mental, qualidades como:
- d) Perceção do movimento como impulso genético e base irrenunciável do desenvolvimento holístico da criança;

- e) Entendimento da instituição ‘Escola’ como espaço vital de aprendizagem, no âmbito de uma “cultura escolar em movimento” firmada no triângulo: “cultura educacional”, “cultura de aprendizagem” e “cultura organizacional”;
- f) Abertura às mudanças e desafios sociais; finalmente, para o sucesso efetivo do projeto;
- g) A colaboração de todos os implicados e interessados na implementação daquilo a que a instituição ‘Escola’, no seu próprio entendimento, hoje em dia deve aspirar, incluindo obviamente, além da direção escolar, dos professores, pessoal auxiliar e pais, os próprios alunos, cuja ajuda nas tarefas de movimentação será da maior utilidade para todos.

Face ao conceito acabado de enunciar sob o prisma abrangente e poliperspetívico aqui desenhado, compreende-se que a sua concretização represente uma tarefa muito ambiciosa, uma vez que, para além de implicar investimentos infraestruturais e instrumentais, ela mexe com hábitos enraizados, exigindo formação especial, tanto para os professores como para os auxiliares de educação. Explica isto a variação deste mesmo conceito sob a forma de variantes ou modelos diversos conforme os diferentes Estados e Regiões, enfatizando-se, nuns, o treino físico-motor para a saúde e o bem-estar das crianças, noutros, o movimento como via de aprendizagem, inclusive nas chamadas disciplinas “académicas”, noutros ainda, o entendimento e o prestígio da Escola como centro educativo-cultural duma comunidade, aberto aos desafios do futuro.

Que nem sempre a praxis coincida com a teoria, será uma hipótese mais que provável, de resto empiricamente confirmada por trabalhos de campo que atestam – a nível do Ensino Básico (que aliás representa a principal fase de entrada do novo conceito educacional) – um significativo contraste entre aquilo que tem sido o debate teórico acerca do potencial fomentador de aprendizagem, atribuível ao movimento, e a prática escolar em que este costuma ser associado a mero acompanhante ou ritmicizante do ensino (Krause-Sauerwein, 2014). Cabe referir que, sobretudo nos primeiros tempos, houve posições de séria reserva perante este novo modelo que previa a integração de

elementos de atividade física em todas as disciplinas (introduzindo curtos intervalos de movimento), como também no recreio, transformado em *Bewegte Pause*. Como reação inicial, os professores de Educação Física, em face da generalização do movimento no programa escolar, começaram por recear pela exclusividade disciplinar das suas tarefas profissionais, receio só dissipado com a garantia oficial da não afetação dos seus direitos. Outras reservas terão surgido da parte daqueles professores que viam as suas aulas interrompidas ou invadidas por alunos monitores para breves momentos de exercício físico, ou a tranquilidade dos recreios sacrificada com a perspectiva dos professores dum possível desempenho pedagógico naqueles preciosos tempos de descanso.

Estes e outros receios e reservas perante a mudança da orientação pedagógica e escolar, nomeadamente também as questões de financiamento e de regulamentação oficial, conduziram muitos, inclusive especialistas da matéria, a duvidar do sucesso de uma tal reforma educativa (correndo o risco de, em caso de insucesso, se transformar em slogan ou nome de código publicitário para ser apanhada na rede da comercialização), se não se cumprissem os seguintes requisitos ou condições mínimas:

- a) Haver uma vontade forte de todos os implicados;
- b) Superar a falta de competências;
- c) Quebrar rotinas e resistências a mudanças;
- d) Transformar espaços antiquados;
- e) Obter apoio material (*Sponsoring ...*);
- f) Garantir formação contínua; aconselhamento;
- g) Enfim, a criação de um novo programa escolar: uma diretiva comum para planificação e implementação da nova conceção educativa. (Illi,1983).

Pelas informações e publicações entretanto surgidas no espaço de língua alemã (estudos académicos, teses e artigos científicos, programas e brochuras oficiais, artigos

de imprensa etc., em número por assim dizer incomensurável) pode concluir-se que a iniciativa, no seu todo, acabou por ser coroada de sucesso e de ampla aceitação, popular e governamental, tendo-se mesmo tornado em bandeira dos novos programas educacionais.

Partindo do conceito de *Escola em Movimento* na sua aceção mais pura e transposição para a realidade escolar mais consequente e exigente, parece-nos não existir em nenhum outro dos países que se podem aduzir para comparação (Escandinávia, Holanda, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Estados Unidos da América) um sistema escolar de movimento integrado igual ou similar ao dos países de língua alemã, apesar da grande relevância atribuída nesses países à atividade física. Pois a promoção e o treino desta atividade, segundo o referido estudo, processam-se aí, regra geral (com algumas exceções), não tanto no âmbito restrito da escola, como programa pedagógico-educacional e na conjugação estreita entre movimento físico e aprendizagem cognitiva, mas sim em projetos ou instituições extraescolares tendo nisto o aspeto de saúde (e não a conjugação de aprendizagem e movimento) a maior importância.

Para finalizar, importa lembrar que também em países como Portugal, Espanha ou Brasil, encontramos iniciativas similares à da *Bewegte Schule*, normalmente sob a forma de projetos intra ou extraescolares, sob nomes como *Escola Ativa*, *Escola Moderna* e outros, assim como nos países de língua inglesa ocorrem, ao lado de *School in Motion* ou *In Motion School*, denominações como *Action School*, *Ever Action School*, *Active After-School* e outros. Em Portugal, também ocorre o nome (associativo) *Escola em Movimento*, o qual, porém, não abarca a complexidade conceptual da *Bewegte Schule* germânica, referindo-se antes apenas a uma das suas vertentes, a da Escola aberta à colaboração da comunidade em projetos e eventos conviviais.

2.1.2. Normas e Regulamentos

O compromisso formal e universalmente assumido de pugnar pelos direitos da Criança tem vindo também a ser incorporado pelos representantes oficiais dos Estados (governos, câmaras municipais e outros), tendo originado, nas últimas décadas, um acréscimo significativo de planeamento, implementação e regulamentação de espaços de jogo e recreio. Os impulsos para o notório aumento das oportunidades de jogo e recreio tiveram origem em múltiplos fatores, dos quais destaco apenas os seguintes:

- a) As diretrizes normativas e reguladoras nacionais, assunto de vários Decretos-Leis e Portarias, e a sua conjugação, em finais dos anos noventa (1998), numa convenção europeia, aberta também a não membros da UE, visando a segurança, em EJR, de equipamentos¹ e superfícies de impacto (impacte)²;
- b) A ação de registo, classificação e correção, em curso desde a viragem do século, de milhares espaços de jogo e recreio espalhados pelos diversos países aderentes, assim também por todo Portugal;
- c) A expansão urbana que se verificou nas últimas décadas e que continua a progredir em força nos tempos presentes.

Novas urbanizações requerem, já a partir da fase de planeamento, a inclusão de um número adequado de EJR, para satisfazer as necessidades das famílias. As crianças por natureza e direito próprio querem brincar, se possível em espaços vizinhos de fácil acesso para lá poderem chegar a pé (e ficarem à vista vigilante dos pais). Os EJR que aqui são referidos são, na sua maioria, espaços de uso exclusivo do condomínio e de direito privado. Significa isto que a responsabilidade pela observância das normas de segurança, manutenção e inspeção aplicáveis está nas mãos dos respetivos condomínios habitacionais. A situação assemelha-se à de múltiplos outros EJR de

¹ European Norm 1176.

² European Norm 1177.

direito privado, seja de acesso público ilimitado (gratuito ou pago) ou restrito a certos grupos de pessoas. Contam-se entre estes EJR, por exemplo, os *playgrounds* de centros comerciais, áreas de serviço, hotéis, associações, infantários, colégios ou clubes desportivos.

Como o tema que nos foi proposto tratar visa exclusivamente os EJR públicos sob tutela dos municípios e abertos durante 24 horas por dia, sem restrição para o acesso, teremos que deixar de fora da nossa análise tanto os múltiplos e diversificados espaços de direito privado, como também os EJR afetos a instituições de direito público (nomeadamente escolas e outras instituições de ensino) de acesso restrito, reservado apenas aos membros dos respetivos grupos escolares ou institucionais. Pela tarefa incumbida, interessa-nos especificamente estudar os EJR tutelados pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do Distrito de Coimbra, tanto os do concelho da nossa capital distrital, como os dos restantes concelhos municipais abrangidos por este distrito.

Considerando, de forma mais abrangente, o caso dos EJR comunais, será justo admitir que o seu aumento e melhoria de condições tem, de facto, a ver, por um lado, com o notório crescimento urbano das últimas décadas e correspondente acréscimo de procura por parte das populações, por outro, com as diretrizes normativas e com relevantes projetos programáticos que muito contribuíram para a mudança arquitetónico-paisagista da imagem da cidade, nomeadamente o Programa Polis (APGEO, 2004).

Neste contexto, cabe também relevar o exaustivo levantamento (já em inícios do novo século) de dados respeitantes aos EJR existentes, seu registo, avaliação e classificação segundo os critérios legalmente exigidos. Alguns dos antigos *playgrounds*, por obsoletos ou mesmo inativos, foram encerrados; outros foram suspensos até serem corrigidos e adaptados às normas em vigor; a grande maioria (visto no conjunto dos EJR inspecionados), porém, passou no teste de inspeção (Instituto do Desporto de Portugal [IDP], 2004). Desde então, só podem operar como EJR públicos (isto é, de uso público, sejam eles de direito público ou privado) os espaços devidamente certificados para tal.

Resta acrescentar que as normas europeias, em vigor nesta matéria e noutras similares, têm sido sujeitas, de tempos a tempos, a atualizações, pelo que se constituíram empresas de consultoria e formação especializadas nas respetivas áreas. Uma das mais ativas em Portugal é, certamente, a H. Menezes Risk Vision³, que com regularidade organiza seminários de formação avançada em segurança e avaliação de risco em EJR. No entanto, importa sublinhar que a preocupação com a segurança das crianças em EJR, e as respetivas medidas preventivas, não se iniciaram com as novas normas europeias. Estas constituíram, não o início, mas, a meta e o ponto de chegada da conjugação das normas e vontades soberanas já expressas e formalizadas juridicamente em face do aumento de acidentes graves com crianças em EJR.

A este respeito, vale recordar o Decreto-Lei do governo português de 1997, emitido pelo então Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro), que “procedeu à definição e regulamentação das condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio [...]” (CCDR, 2008, p. 3).

Através da consulta do estudo crítico de Helena Cardoso de Menezes e Sónia Galvão (representantes da APSI-Associação para a Promoção da Segurança Infantil), editado em 2005, pelo Instituto do Consumidor sob o título Espaços de Jogo e Recreio, entende-se que foi o Instituto do Consumidor a entidade impulsionadora desta análise sobre o modo e grau de aplicação das instruções legislativas de 1997. Sabemos também que maioritariamente (abrangendo os EJR públicos de direito privado) a fiscalização das inspeções competia ao então IDP e minoritariamente (para o caso dos EJR de direito público) às Câmaras Municipais. De seguida, permito-me citar alguns passos relevantes da conclusão a que chegaram as autoras:

“[...] O processo de fiscalização efetuado pelo IDP teve início em todos os Distritos, um ano após a entrada em vigor do diploma, tendo-se registado nos anos seguintes e até 2003, um nítido decréscimo da atividade de fiscalização. No entanto em 2004, a fiscalização parece ter tomado novo fôlego, abrangendo inclusivamente mais espaços

³ Informação pode ser consultada em: <https://h-menezes.pt/pt/home/>

situados em instituições educacionais, até agora “terra-de-ninguém” e que evidenciaram, até anos recentes, um processo de fiscalização praticamente nulo. O processo de fiscalização efetuado pelas Câmaras Municipais teve início mais cedo (setembro de 1998), no entanto é em 2003 que se regista uma maior atividade fiscalizadora, verificando-se que esta é, de uma maneira geral, muito reduzida ao longo dos anos em análise.” (Menezes & Galvão, 2005, p. 45).

Do transcrito deduz-se que nos primeiros anos, havendo muito embora inspeção, nem sempre houve decisão capaz de implementar as medidas corretivas recomendadas, tampouco fiscalização que descobrisse esse desfasamento. Só para 2004 (supostamente sob pressão das diretivas europeias) é que se constata uma maior atividade fiscalizadora.

Resumindo, podemos talvez concluir que, embora já muito antes do fim do século e em face do crescente índice de acidentes em EJR, tivessem surgido as preocupações e consequentes regulamentos visando a segurança infantil, nem sempre os avisos, pese embora os sancionamentos anunciados para contraordenações, encontraram ouvidos atentos, continuando o número de acidentes por falhas materiais a crescer, conjuntamente com o simultâneo acréscimo de EJR, numa espiral ameaçadora que só uma firme tomada de posição comum europeia poderia travar. Terá sido esta a principal razão do convénio comunitário a que se chegou em 1998, com a emissão das normas EN 1176 e EN 1177 e a sua respetiva integração legislativa nos países aderentes.

Um novo Regime Jurídico dos Espaços de Jogo e Recreio (RJEJR) entrou em vigor a 15 de janeiro de 2016, reduzindo as exigências e os encargos de quem instala e gere parques infantis, em especial instituições particulares de solidariedade social. Trata-se de EJR de uso coletivo e respetivo equipamento e superfícies de impacto, destinados a crianças e jovens, qualquer que seja o local de implantação. Não inclui recintos com diversões aquáticas nem equipamentos instalados em propriedade privada destinada ao uso doméstico.

O regime de 2009 tinha sido alvo de críticas devido ao daí resultante agravamento dos encargos com a instalação e manutenção de parques infantis, sem que se reconhecessem vantagens para a segurança das crianças. O diploma foi também criticado pelo Provedor de Justiça por ir muito além das exigências da União Europeia sobre a matéria, tornando os custos com parques infantis incontroláveis, sobretudo para as instituições particulares de solidariedade social que administram estabelecimentos educativos ou de acolhimento de crianças.

Algumas autarquias locais terão ponderado encerrar os EJR por não conseguirem garantir que estes estivessem incólumes à entrada de todos e quaisquer animais – sem excluir pombos –, como também vinham sendo autuadas pela ASAE por incumprimento da lei.

Assim, do novo RJEJR, destaca-se os seguintes pontos:

- a) os principais aspetos técnicos são remetidos para as normas técnicas europeias, o que deverá evitar a contradição entre normas jurídicas e normas técnicas pré-existentes;
- b) fim da obrigatoriedade de indicação de lotação em espaços não fechados e da vedação dos baloiços;
- c) revisão dos montantes das coimas a aplicar, por se ter reconhecido discrepâncias, com punição mais grave de aspetos menos perigosos.

O texto do novo regulamento remete para as normas técnicas publicadas pelo Instituto Português da Qualidade [IPQ] (1998), o organismo nacional de normalização (podem ser visionadas no site desta entidade).

Além disso, o novo regulamento de segurança estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos EJR, respetivo equipamento e superfícies de impacto. Aplica-se a todos e quaisquer EJR, incluindo os existentes, ou os que se encontrem em fase de projeto ou de aprovação, desde 15 de janeiro de 2016. Nos Açores e Madeira dependerá do respetivo diploma de adaptação.

Refira-se que as normas deste regulamento não prejudicam a aplicação da legislação sobre urbanização e edificação, segurança e acessibilidades em vigor.

As normas aplicáveis à conceção, instalação e manutenção dos EJR, respetivos equipamentos e superfícies de impacto, constam também do regulamento, devendo ser sempre considerada a sua última edição e as posteriores erratas, emendas, revisões, integrações ou consolidações, publicadas pelo IPQ. Os EJR existentes a 15 de janeiro de 2017 que não preencham esses requisitos devem assegurar a proteção contra o trânsito de veículos por meio de soluções técnicas eficientes, como seguidamente se elenca:

1. Todos os espaços de jogo e recreio em funcionamento devem estar listados num registo eletrónico da Direção-Geral do Consumidor, ASAE e Direção-Geral das Autarquias Locais, devendo incluir a informação prestada pelas entidades fiscalizadoras sobre os resultados das ações de fiscalização e acidentes ocorridos nesses espaços. Este registo eletrónico deve estar disponível nas áreas da defesa do consumidor e das autarquias locais, nos respetivos sites.
2. Os espaços de jogo e recreio devem ser seguros, não podendo a sua utilização pôr em perigo a saúde e segurança de utilizadores e de terceiros, devendo a sua conceção, construção e organização obedecer aos requisitos de segurança constantes do regulamento, bem como das normas aplicáveis identificadas no seu anexo.
3. Prevê-se que devem ser protegidos através de soluções técnicas eficientes, designadamente, através de uma barreira, de modo a impedir acessos diretos e intempestivos de crianças e jovens a zonas onde exista, designadamente, risco de atropelamento e de afogamento.
4. As soluções técnicas a utilizar não podem constituir uma barreira visual, impedindo ou reduzindo os níveis de vigilância do espaço, nem causar riscos aos seus utilizadores, nomeadamente lesões ou traumatismos graves tais como cortes, empalação, entalões, amputações, estrangulamentos ou outros.

5. Os espaços de jogo e recreio devem estar situados na proximidade de acessos a edifícios habitacionais ou de instalações de uso coletivo em funcionamento e possuir adequadas e duráveis condições de iluminação artificial. Não devem estar localizados junto de zonas ambientalmente degradadas ou sem condições de drenagem adequadas, nem junto de zonas exteriores utilizadas para carga, descarga ou depósito de materiais e produtos, ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte a comunicação e constitua uma fonte de mal-estar.

6. Sempre que seja detetada uma situação de risco para a segurança dos utilizadores dos espaços de jogo e recreio, o organismo de fiscalização competente deve adotar de imediato as medidas cautelares adequadas a eliminar a situação de risco designadamente através da:
 - a) Apreensão e selagem do equipamento que coloque em risco a segurança dos utilizadores;

 - b) Notificação dirigida ao responsável do espaço de jogo e recreio a ordenar a interdição de acesso ao equipamento;

 - c) Suspensão imediata do funcionamento do espaço de jogo e recreio quando forem detetadas falhas de conformidade que pela sua gravidade sejam suscetíveis de colocar em risco a segurança dos utilizadores ou de terceiros (Decreto-Lei n.º 203/2015).

Os exemplos acima apresentados revelam um maior rigorismo intencional do legislador relativamente ao cumprimento das regras estabelecidas para o bom funcionamento, segurança e higiene dos EJR. O não cumprimento das mesmas é, segundo este Decreto-Lei, punível com coimas de valores diferenciados, segundo o grau de gravidade considerado.

2.2. Excurso sobre a união indissolúvel entre brincar, aprendizagem e desenvolvimento

Todos os entendidos em Pedagogia e Psicologia Infantil sublinham a não separabilidade entre brincar (ou jogo livre), desenvolvimento e aprendizagem na infância. Analisando este processo conjunto, de natureza complexa, torna-se evidente que, ao brincar, a criança mexe-se, recebendo simultaneamente estímulos sensoriais (proprioceetivos assim como do exterior, ou seja, do envolvimento ambiental, sendo nele de primeira importância a figura da mãe). Os estímulos do movimento e dos órgãos sensoriais e recetivos atuam via sistema nervoso central sobre o cérebro, que recebe e responde a todos aqueles estímulos (musculares e sensoriais), de forma que, progressivamente, se vão revelando aprendizagens de percepção e de cognição. A criança começa a ser capaz de estabelecer ligações que lhe fazem sentido. Percebendo-se assim o natural funcionamento de como a criança se desenvolve, brincando e aprendendo, é fácil de entender que tal processo de brincar, de aprender e de desenvolver-se só pode ser visto e interpretado como um todo triádico, unitário e inseparável, em que as partes interagem eficazmente entre si para o desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social da infância.

Observando de perto a relação entre o brincar e a aprendizagem, à medida que a criança vai ganhando em idade, notamos um crescendo das capacidades sensoriomotoras, imaginativas e criativas, emocionais, cognitivas e sociais. Este crescendo manifesta-se na progressiva variedade e amplitude do brincar (desde o jogo funcional ao experimental, do jogo de exploração e descoberta ao jogo simbólico, dos jogos de fantasia e de papéis, de construção e de manipulação aos jogos de movimento associado e em grupos, já com regras combinadas etc.). Se a progressão das formas de jogar reflete o respetivo progresso no que diz respeito ao desenvolvimento da criança, ela é, em si mesma, fruto de aprendizagens facultadas através do brincar, do jogo livre e espontâneo, sem objetivo alheio, mas com forte sentido intrínseco. É a olhos vistos que a criança, ao brincar, vai sempre alargando e refinando a sua aprendizagem,

transferindo o memorizado para novas formas de jogar (cf. com o conceito de “playing learning child” de Samuelsson & Carlsson, 2008).

Compreender e reconhecer o valor do livre brincar para a aprendizagem na infância não implica menosprezar o significado da intervenção pedagógica, contextualizada e consciente da relevância do jogo infantil, intervenção essa que acompanhe e/ou conduza as brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes novas sugestões motivadoras. Trata-se de uma tarefa que, bem entendida e encarada com a necessária competência e sensibilidade, será já recomendável para as idades de creche e jardim de infância. Com a escolarização das crianças (depois de terem obtido a “prontidão para a escola” e, em regra, a faculdade de distinguir o jogo de outras aprendizagens, ditas ‘académicas’), é interessante observar a importância que, mesmo nessas idades, tem na conduta dos alunos o jogo espontaneamente encenado, ou seja, o livre brincar.

Quanto ao grau de intervenção que pode ou deve ser exercida pelo/a educador/a no processo de aprendizagem das crianças, não parece haver, pelas minhas leituras, opiniões consensuais. Mesmo no âmbito de uma metodologia construtivista, baseada na interação adulto-criança / educador-aluno, com vista à construção conjunta de significados, encontram-se posições de menor ou maior grau interventivo ou atuante por parte do/a educador/a, o que também depende naturalmente de variáveis como grupo etário, instituição, situação (pedagógica ou não), espaço etc. Uma posição claramente proativa é aquela que foi assumida pelo bielorrusso Lev Vygotsky, que, desde a sua redescoberta para o mundo ocidental na década de 1960, continua a ser uma referência na Pedagogia e Psicologia modernas, principalmente devido ao seu conceito de “zona de desenvolvimento próximo”, implicando a mediação previdente por parte de profissionais ou responsáveis de alta competência cultural no processo de aprendizagem da criança, sem que isso diminua o reconhecimento da relevância primordial do jogo infantil (Ivic, 2010).

Do que foi dito, conclui-se que impedir ou privar a criança de brincar (seja por imposição de poderes alheios, por adversidades familiares ou por outras circunstâncias nefastas) é uma violação da natureza e do legítimo interesse da criança (defendido, aliás, pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU-UNICEF), pois prejudica

o seu normal desenvolvimento, podendo deixar ‘cicatrices’ pela vida fora. Utilizando uma imagem ou uma metáfora, dir-se-ia que privar as crianças do brincar é como retirar ou invalidar o pilar-mestre de uma estrutura de edificação, pondo em risco todo o restante edifício. O que aconteceu na Roménia comunista de Ceausescu e, após ser descoberto, escandalizou e chocou todo o mundo ocidental, pertence às situações extremas de abuso infantil, condenáveis como crimes contra a humanidade. Casos daquela violência e amplitude (falou-se em mais de cem mil crianças maltratadas e em estado de subdesenvolvimento e subnutrição atroz) provocam reações humanitárias fortes, também no campo da investigação e da aplicação científico-pedagógica e médica. Refiro-me, entre outros, ao investigador e professor galês Fraser Brown e ao seu projeto de recuperar jovens vítimas romenas por meio da sua inclusão em brincadeiras com criancinhas pequenas normais, projeto esse que põe em evidência o valor do trabalho com o jogo, o *playwork*, como ‘remédio’ terapêutico justamente para aqueles a quem o jogo fora vedado (Brown, 2013). Apesar de triste e assustador, este capítulo, dum passado ainda recente, tem o condão de nos revelar, a força do jogo infantil.

Quanto ao tempo de hoje e de amanhã, há muita gente responsável e entendida que vê o livre jogo infantil ameaçado por constrangimentos e condicionamentos da supermoderna ‘Sociedade adversa ao risco’ (*Risk Averse Society, Risikoscheue Gesellschaft*), hipercompetitiva e dominada pelo smartphone e os jogos virtuais, mas com permanente angústia de deixar as crianças andar ao ar livre (Coelho & Vale, 2017).

O reconhecimento universal da importância do livre brincar levou longo tempo a consolidar-se e, ao considerarmos as primeiríssimas iniciativas de recolhimento de crianças no tempo da grande industrialização do século XIX, nomeadamente em países como a Alemanha e a Inglaterra, notamos que muitas vezes não passaram de meros recobros de guarda das crianças dos pais trabalhadores.

De resto, conclui-se facilmente que o reconhecimento da necessidade biológica do jogo infantil no desenvolvimento e crescimento da criança terá que ter forte visibilidade na conceção, no planeamento e na criação dos EJR; ou seja, estes espaços

deverão ir ao encontro dos gostos e impulsos naturais das crianças, estimulando-as e criando nelas simultaneamente uma natural impulsão para o desafio, ao envolvê-las em atividades que proporcionem um melhoramento e alargamento das suas capacidades criativas, emocionais, sociais e motoras (CHILD, 2007).

2.3. Criança, Infância e Sociedade em tempos de mudança

Neste capítulo aborda-se e contextualiza-se, com breves relances históricos, a problemática relação entre Criança, Infância e Sociedade em tempos de grandes mudanças sociais, tecnológicas, culturais, fortemente influentes na educação infantil.

Há eventos na História da Humanidade que trazem consigo fortes abalos e saltos sociais, transformando radicalmente os hábitos e crenças das gentes. Atuaram assim, por exemplo, para só falar nos tempos chamados já modernos, a Invenção da Imprensa por Gutenberg e a Reforma de Lutero, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial do século XIX, a Revolução Soviética e, sem dúvida alguma, também a Revolução Tecnológica dos nossos dias, que o filósofo e sociólogo francês Gilles Lipovetsky ‘batizou’ (como já foi dito) com o nome de *Les temps hypermodernes*. Fazem também parte desses eventos, de alcance histórico-transformador universal, as grandes guerras, como, por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos, que reformulou a Europa do século XVII, as Guerras Napoleónicas, a Primeira Guerra Mundial (chamada então “A Grande Guerra”) e a Segunda Guerra Mundial, cujos sofrimentos e barbaridades acabaram por levar à reestruturação da Europa e a contribuir para o surgimento dos Estados Unidos da América como primeira potência do mundo, estatuto hoje já disputado por outras potências mundiais.

A pergunta que se levanta ao pedagogo e ao médico, ao psicólogo e ao neurocientista, ao historiador ou ao antropólogo e ao filósofo, enfim, a todos os que se interrogam acerca da realidade e da essência do ser humano, é a seguinte: Qual o lugar da Criança, qual o estatuto social da Infância, nesses saltos e mutações da História do género humano? Tempos houve em que as crianças eram vistas como pequenos adultos,

necessários nos trabalhos, sobretudo rurais, dos seus progenitores, e deles suporte na velhice; ou como “adultos em miniatura”, vestidos à moda da época (como se vê em muitas pinturas de tempos idos). A Infância não era reconhecida ou descoberta no seu estatuto qualitativo próprio como uma fase de vida válida por si mesma. Mais tarde, já em época próxima da nossa, ser-lhe-ia reconhecido, pelo mundo dos adultos, o direito à proteção (aliás rapidamente quebrado e desrespeitado nos tempos de crise). E foram precisas as misérias e atrocidades da Segunda Guerra Mundial – em que os jovens, ainda crianças ou adolescentes, serviam, em determinados países, de “carne para canhão” – para que a Humanidade acordasse e à criança fossem reconhecidos, já não só o direito de ser ente protegido dos adultos, mas sim os direitos próprios e inerentes à sua natureza, nomeadamente e em primeiro lugar o direito de ter e de poder viver a sua infância. O reconhecimento desse direito não apenas foi regional ou limitado às nações ou países diretamente envolvidos na Guerra, mas sim universal, ancorado e assumido na Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, cujo Artigo 31.º confirma com clareza e ênfase o direito da Criança ao livre brincar e à participação, com as suas qualidades em pleno desenvolvimento, nas atividades criativas, artísticas, enfim culturais, da sociedade, querendo isto dizer que a Infância é reconhecida no seu valor próprio como uma fase de crescimento e desenvolvimento fundamental da pessoa humana, não devendo ela ser instrumentalizada para fins ansiados pela agenda dos adultos. Em termos práticos isto significa, por exemplo, que as crianças devem ser ouvidas nas questões que a elas próprias lhes dizem respeito, como sejam as relacionadas com a escola, o recreio, os EJR, os passatempos, os seus sonhos e naturais inclinações (CHILD, 2007).

As consequências nefastas advindas do restringimento, da violação ou mesmo anulação dos direitos da criança são bem conhecidas, e produziram misérias, fosse em tempos de guerra (pela educação militar forçada para serem soldados, tendo os jovens muitas vezes sido as maiores vítimas dos massacres) ou de ditaduras políticas, como na outrora Roménia comunista com o espetáculo aberrante e chocante de milhares e milhares de crianças abandonadas e escravizadas em asilos espalhados pelo país (Brown, 2013). Oxalá a atual pressão exercida pela nossa “sociedade hipermoderna”, com a sua hipercompetitividade, o hiperindividualismo e o hiperegoísmo, ligados ao

hiperconsumismo e à falta de sentido histórico, parecendo existir apenas o presente e um futuro incerto, sem utopias ou sonhos (Lipovetsky & Serroy, 2014; Lipovetsky & Charles, 2018), oxalá essa pressão sob a qual vivem e se criam as crianças nos dias de hoje não ganhe força ditatorial capaz de, também no nosso democrático mundo liberal, prejudicar gravemente o equilibrado desenvolvimento infantil, juvenil e adolescente.

A maioria dos responsáveis em assuntos de desenvolvimento humano, infantil e juvenil, pelas leituras que fiz, revelam preocupações quanto a esta questão. Mostram-se empenhados num combate pela observância dos direitos da criança à sua Infância, acentuando o valor do livre brincar, da educação ao ar livre, da natural ativação motora através de exercícios e jogos tradicionais e populares, procurando combater a tendência sedentária derivada do estilo de vida motorizado, tecnicizado, robotizado do nosso quotidiano, em que frequentemente as crianças, já viciadas em jogos e filmes disponíveis ao alcance dum simples clique, tendem a substituir o mundo real, em relação ao qual já denotam estranheza, pelo mundo virtual, em que podem ser autores das suas próprias histórias e manipuladores dos seus interesses e caprichos imediatos. Trata-se de uma tendência aliás já parcialmente pré-anunciada e evocada pela literatura de ficção científica como a dos romanos utópicos, ou melhor, distópicos, de que são exemplos: 1) *Brave New World* [Admirável Mundo Novo], 1932; 2) *New World Revisited* [Regresso ao Admirável Mundo novo], 1958, de Aldous Huxley; 3) , e *Nineteen Eighty-Four* [1984], 1949, de George Orwell.

2.4. A “sociedade hipermoderna” sob o signo do movimento

Os espaços lúdicos com destaque para os Espaços de Jogos e Recreio (EJR) assumem, cada vez mais, um papel importante no desenvolvimento psicomotor e na promoção de estilos de vida saudáveis das crianças e jovens com reflexos na saúde. Sendo os EJR locais onde as crianças passam grande parte do seu tempo livre, emerge o dever de garantir o direito de brincar em segurança [...]. (IDP, 2004, p. 3)

Mais do que década e meia passada sobre a citação com que abre este subcapítulo do nosso trabalho, é lícito reafirmar e reforçar o relevante papel sociocultural e educativo desempenhado pelas oportunidades ou *affordances* dos EJR, em favor de um salutar desenvolvimento de crianças e jovens. No que respeita à questão das *affordances*, parece prudente a conceção, já anteriormente referida e avaliada, da relativa simplicidade (menos equipamentos e indumentos sofisticados e estandardizados), compensada pela variação, que não esquece o elemento imaginativo, criativo e simbolizante, ou também, se quisermos, artístico, inerente ao mundo vivencial e experiencial da criança. Sob estes aspetos, podia servir, enquanto guia condutor, o conceito bronfenbrenneriano (Bronfenbrenner & Ceci, 1994) de *playground* como sendo um conjunto de ambiente bio-ecológico e bio-psicossocial, presente também nas recomendações dos *Seven C's Findings* (CHILD, 2007), as quais, por sua vez, tomaram em boa conta as experiências, opiniões e feelings dos próprios implicados – crianças e educadores – e que (recordando) abarcam os seguintes sete critérios-base pelas quais se deve avaliar a qualidade dum *playground*:

- 1) Caráter – impressão geral ou imagem de conjunto classificável em quatro tipos arquitetónicos: moderno, orgânico, modular utilizado;
- 2) Contexto - interação entre espaço do jogo e arredores;
- 3) Conectividade – ligação entre os vários componentes do espaço e sua relevância físico-visual e cognitiva;
- 4) Mudança – espaço propício a mudanças: tudo muda e pode ser manipulado; criação de zonas privadas;
- 5) Oportunidade – oportunidade para explorar/experimentar;
- 6) Clareza / legibilidade visual para perceção e orientação fácil do espaço;
- 7) Desafio – desafio físico e cognitivo.

Os autores destes “achados” (*findings*), naturalmente, não se esqueceram de chamar a atenção para que as suas recomendações só devem ser usadas em conjunto com os

códigos, regulamentos de segurança e guias em vigor, advertência que, por outras palavras, corresponde ao que é dito no citado com que abre este subcapítulo: “garantir o direito [da criança] de brincar em segurança”.

Ora, quanto ao programa dos *Seven C's Findings*, é preciso notar que ele se autoentende como guia informacional para espaços de brincar outdoor destinados à primeira infância (*outdoor play spaces at child care centres with children aged 2 to 5*).

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

3.1. Amostra

A amostra inclui a observação e análise de 169 parques infantis de 15 dos 17 concelhos do Distrito de Coimbra, não se tendo incluído os concelhos de Mira e Penacova.

3.2. Instrumentos

Os instrumentos encontram-se representados nos Anexos deste trabalho. Passamos a citá-los. A Carta às Câmaras Municipais, a Ficha de Observação dos Parques Infantis (FOPIN), os Mapas do Distrito de Coimbra e dos respetivos concelhos que fazem parte deste estudo e, também, as fotografias das Vistas Gerais dos Parques Infantis (VG PI). Outros instrumentos imprescindíveis foram, respetivamente, as listas dos EJR enviadas pelas câmaras municipais, o GPS, o Tablet, a bússola, a FOPIN base de dados e o Programa de IBM Statistics SPSS 25.

3.3. Procedimentos

A autora do trabalho contactou as várias Câmaras Municipais dos 17 Concelhos do Distrito de Coimbra com a finalidade de obter toda a listagem existente de EJR. Todas as Câmaras Municipais, exceto a de Montemor-o-Velho (apesar da nossa insistência), responderam positivamente ao nosso pedido; porém, só 15 concelhos foram considerados, visto dois deles, Mira e Penacova, apresentarem um número diminuto de parques infantis: apenas um. No total de 15 concelhos foram contabilizados 169 parques infantis. Aquando da observação e análise desses parques, foram igualmente tiradas fotografias das vistas gerais dos mesmos e dos equipamentos isolados. Foi também utilizada uma bússola para definir a orientação dos equipamentos. Após o preenchimento do respetivo FOPIN, procedeu-se ao lançamento dos dados na Tabela FOPIN Base de Dados. De seguida, esses mesmos dados foram transformados em numerários para que pudessem ser devidamente analisados através do Programa de IBM Statistics SPSS 25, afim de resultarem em tabelas, que passamos a apresentar no próximo capítulo do presente trabalho.

Tabela 1. Localização dos parques infantis

Concelhos	Frequência	Percentagem
Arganil	4	2%
Cantanhede	16	9%
Coimbra	35	21%
Condeixa	2	2%
Figueira da Foz	9	5%
Góis	5	3%
Lousã	4	2%
Miranda do Corvo	19	11%
Montemor-o-Velho	6	4%
Oliveira do Hospital	29	17%
Pampilhosa da Serra	4	2%
Penela	14	8%
Soure	16	10%
Tábua	3	2%
Vila Nova de Poiares	3	2%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 1, 21% dos parques em estudo situam-se no concelho de Coimbra, enquanto 17% integra o concelho de Oliveira do Hospital. O concelho de Miranda do Corvo integra 11% dos parques infantis em estudo, enquanto Cantanhede e Soure possuem respetivamente 9% e 10% dos parques. Assim, Condeixa é o concelho com menos parques infantis.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

4.1. Resultados

No presente capítulo são apresentadas as seguintes tabelas referentes aos resultados obtidos.

Tabela 2. Existência de abrigos para a chuva

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	116	69%
Sim	22	13%
Omisso	31	18%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 2, a maioria dos parques infantis não possui abrigos para a chuva (69%). Apenas em 13% dos casos se verifica a existência de abrigos para a chuva, o que corresponde a 22 parques infantis.

Tabela 3. Existência de bancos

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	95	56%
Sim	74	44%
Total	169	100%

A tabela 3 permite afirmar que em 56% dos parques infantis não existem bancos, sendo que apenas em 44% existe esta comodidade. Assim, entre os 169 parques em estudo, apenas 74 possuem bancos para os seus utilizadores.

Tabela 4 . Existência de Wc

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	155	92%
Sim	14	8%
Total	169	100%

A existência de wc é uma das comodidades menos frequentes nos parques infantis em estudo, dado que 92% não integram este equipamento. Assim, conforme consta na tabela 4, apenas 14 parques infantis (8%) possuem wc. Contudo estes números têm de ser sujeitos a verificação, dado que nos espaços em que se encontram os equipamentos não existem wc, sendo que estes se localizam num espaço externo aos parques infantis. Podem ter ocorrido erros nos registos efetuados pelos observadores acima referidos, que possivelmente consideraram os wc próximos ou ao redor do parque infantil.

Tabela 5. Existência de telefone acessível

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	144	85%
Sim	25	15%
Total	169	100%

Os resultados obtidos e apresentados na tabela 5 permitem afirmar que em 15% casos existem telefones acessíveis aos parques infantis, sendo que nos restantes 85% essa acessibilidade não existe. Estes resultados voltam a causar dúvidas na medida em que dentro dos parques não existem telefones, visto que os equipamentos são apenas baloiços, escorregas e restantes requisitos infantis. A questão deve ter sido entendida de forma errónea, como referente a acessibilidades, ou seja, à existência de telefones acessíveis perto dos parques.

Tabela 6. Existência de fonte de água potável

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	121	72%
Sim	48	28%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 6, em 72% não existe qualquer fonte de água potável. Assim, apenas em 28% existe água potável, o que corresponde a 48 parques infantis.

Tabela 7. Existência de equipamentos de várias cores

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	11	7%
Sim	158	93%
Total	169	100%

Uma vez que os parques em estudo se destinam a crianças, cerca de 93% possui equipamentos coloridos. Assim, existem apenas 11 casos (7%) em que tal não acontece, conforme consta da tabela 7.

Tabela 8. Existência de equipamentos de madeira

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	2	1%
Sim	167	99%
Total	169	100%

A maioria dos parques infantis em estudo possui equipamentos de madeira (99%), dado que existem apenas 2 casos em que não existe qualquer equipamento deste material, tal como consta da tabela 8.

Tabela 9. Existência de equipamentos de metal

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	3	2%
Sim	166	98%
Total	169	100%

Em relação aos equipamentos de metal, a conclusão é idêntica à da questão anterior, dado que 98% possuem algum equipamento deste material. Assim, existem apenas 3 casos em que não se regista qualquer equipamento de metal, conforme apresenta a tabela 9.

Tabela 10. Existência de equipamentos de outros materiais

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	149	88%
Sim	20	12%
Total	169	100%

Em 12% dos parques infantis existem equipamentos de outros materiais, sendo que nos restantes 88% tal não se verifica, conforme consta da tabela 10.

Tabela 11. Tipo de localização face ao centro da localidade

Resposta	Frequência	Percentagem
Periférico	49	29%
Central	119	70%
Omisso	1	1%
Total	169	100%

No que se refere à localização dos parques infantis, 29% localiza-se numa zona periférica, relativamente ao centro da cidade, enquanto 70% se situa numa zona considerada central.

Tabela 12. Localização e enquadramento em relação ao jardim público

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	73	43%
Sim	96	57%
Total	169	100%

A tabela 12 permite concluir que cerca de 57% dos parques infantis se localizam em jardins públicos, pelo que os restantes 43% apresentam outras localizações.

Tabela 13. Localização e enquadramento em relação ao jardim botânico, reserva natural ou floresta

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	159	94%
Sim	10	6%
Total	169	100%

Apenas 6% dos parques infantis se localizam em jardins botânicos, reservas naturais ou de floresta, conforme consta da tabela 13.

Tabela 14. Localização e enquadramento em relação à piscina

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	162	96%
Sim	7	4%
Total	169	100%

Em 4% dos parques infantis existem piscinas nas proximidades, tal como apresenta a tabela 14. Assim, os restantes 96% não apresentam piscinas nas proximidades.

Tabela 15. Localização e enquadramento em relação a instalações desportivas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	162	96%
Sim	7	4%
Total	169	100%

Tal como no caso da piscina, apenas em 4% existem instalações desportivas nas proximidades do parque infantil, conforme apresenta a tabela 15.

Tabela 16. Localização e enquadramento em relação aos parques de merendas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	126	75%
Sim	43	25%
Total	169	100%

Cerca de 25% dos parques infantis encontram-se situados próximos de parques de merendas, sendo que nos restantes 75% tal não ocorre, segundo apresenta a tabela 16.

Tabela 17. Localização e enquadramento em relação a equipamentos de atividade física para adultos

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	116	69%
Sim	53	31%
Total	169	100%

Apenas 31% dos parques infantis se situam perto de equipamentos que permitam aos adultos praticar atividade física, tal como consta da tabela 17.

Tabela 18. Localização e enquadramento em relação a outros equipamentos

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	141	83%
Sim	28	17%
Total	169	100%

Em 17% dos parques infantis existem ainda outras infraestruturas nas proximidades, tal como apresenta a tabela 18. A mesma situação não ocorre com 83% dos parques infantis.

Tabela 19. Existência de vegetação

Resposta	Frequência	Percentagem
Sem vegetação	106	63%
Com vegetação	62	36%
omisso	1	1%
Total	169	100%

Entre os parques infantis em estudo, 36% apresentam vegetação, sendo que 63% não possui qualquer elemento de vegetação.

Tabela 20. Facilidade de acesso a pé

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	147	87%
Sim	22	13%
Total	169	100%

Em 87%, não existe facilidade de acesso aos parques infantis a pé, dada a sua localização, sendo necessário recorrer a qualquer outro meio de transporte para aceder aos mesmos e usufruir dos seus equipamentos. 13% são de fácil acesso a pé.

Tabela 21. Facilidade de acesso de carro

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	5	3%
Sim	164	97%
Total	169	100%

Por outro lado, 97% dos parques infantis apresentam facilidades de acesso de carro. Assim, conforme consta na tabela 21, existem apenas 5 casos (3%), em que tal não acontece, facto devido a uma localização central, em zonas pedonais.

De salientar que todos os parques infantis (n=100%) apresentam facilidade de acesso de bicicleta, facto considerado favorável.

Tabela 22. Facilidade de acesso de transportes públicos

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	1	1%
Sim	168	99%
Total	169	100%

Em 99% dos parques infantis existe facilidade de acesso através de transportes públicos, conforme apresenta a tabela 22.

Tabela 23. Existência de zonas de estacionamento para bicicletas, trotinetes e similares

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	23	14%
Sim	146	86%
Total	169	100%

Em 86% dos parques infantis existem zonas de estacionamento para bicicletas, trotinetes e outros veículos alternativos similares, sendo que nos restantes 23 parques (14%), tal não ocorre, conforme apresenta a tabela 23.

Tabela 24. Existência de rua movimentada nas proximidades

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	152	90%
Sim	17	10%
Total	169	100%

No âmbito da segurança das crianças, pode afirmar-se que apenas em 10% dos parques infantis existe uma rua movimentada nas proximidades, conforme apresenta a tabela 24. Assim, em 90% dos parques tal situação não se verifica.

Tabela 25. Tomada de medidas de segurança para acessibilidade

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	82	49%
Sim	87	51%
Total	169	100%

Tendo em conta esta questão da segurança, em 51% dos parques infantis foram tomadas medidas de segurança para tornar os parques mais acessíveis. No entanto, 49% não tomou estas medidas, conforme apresenta a tabela 25, pela ausência de necessidade ou por ausência de iniciativa para tal ação.

Tabela 26. Medida de segurança – Passadeiras

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	96	57%
Sim	73	43%
Total	169	100%

Em 43% dos parques infantis foram criadas passadeiras como uma medida de segurança, conforme apresenta a tabela 26.

Tabela 27. Medida de segurança – Barreiras de segurança

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	122	72%
Sim	47	28%
Total	169	100%

Em relação à criação de barreiras de segurança, estas foram criadas apenas em 28% dos parques infantis, conforme consta da tabela 27.

Tabela 28. Boas condições das medidas de segurança implementadas

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	112	66%
Sim	57	34%
Total	169	100%

Em 34% dos parques infantis, as medidas de segurança referidas anteriormente foram implementadas em boas condições, conforme apresenta a tabela 28, pelo que nos restantes 66% tal não ocorreu.

Tabela 29. Facilidade de acesso aos parques para crianças com deficiência

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	98	58%
Sim	71	42%
Total	169	100%

Ainda no âmbito das acessibilidades, em 42% dos parques o acesso de crianças com deficiência encontra-se facilitado, devido à adaptação do acesso, conforme apresenta a tabela 29. Esta situação tem de ser revista, na medida em que se deve incentivar a inclusão destas crianças, permitindo que acedam aos mesmos espaços e usufruam dos mesmos equipamentos que a restante população infantil.

Tabela 30. Facilidade de acesso aos equipamentos a crianças com deficiência

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	114	67%
Sim	55	33%
Total	169	100%

Só em 33% dos parques o acesso de crianças com deficiência aos equipamentos se encontra facilitado, devido à adaptação desses equipamentos, conforme apresenta a tabela 30. Esta situação deve ser revista, tal como no caso da acessibilidade do parque, para que a referida população possa beneficiar do espaço.

Tabela 31. Piso em cimento

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	142	84%
Sim	27	16%
Total	169	100%

No âmbito da análise da superfície, em 16% dos parques infantis existem pisos em cimento, tal como apresenta a tabela 31.

Tabela 32. Piso em asfalto

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	154	91%
Sim	15	9%
Total	169	100%

O piso em asfalto é menos frequente que o piso em cimento, conforme consta na tabela 32, dado que apenas 9% dos parques infantis possuem piso neste material.

Tabela 33. Piso em relva natural

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	165	98%
Sim	4	2%
Total	169	100%

A relva natural surge como um material pouco utilizado nos pisos dos parques infantis, dado que apenas 2% adota esta alternativa, como consta da tabela 33. Esta situação deve-se aos elevados custos de manutenção deste tipo de piso.

Tabela 34. Piso em areia

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	154	91%
Sim	15	9%
Total	169	100%

Em 9% dos parques infantis (percentagem idêntica à do asfalto) os pisos são de areia, conforme consta da tabela 34.

Tabela 35. Piso de borracha em contínuo (sintético aos quadrados)

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	134	79%
Sim	35	21%
Total	169	100%

O piso de borracha modular sintético aos quadrados surge como relativamente frequente, dado que 21% dos parques infantis adota este tipo de piso, tal como apresenta a tabela 35.

Tabela 36. Piso de borracha em contínuo (sintético contínuo)

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	67	40%
Sim	102	60%
Total	169	100%

O piso de borracha em contínuo é o mais utilizado nos parques infantis em estudo, dado que 60% deles possui piso desta natureza, conforme consta da tabela 36.

Tabela 37. Piso de terra batida

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	155	92%
Sim	14	8%
Total	169	100%

Os parques infantis com pisos em terra batida correspondem apenas a 8% do total dos parques em estudo, conforme apresenta a tabela 37.

Tabela 38. Piso em areão

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	159	94%
Sim	10	6%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 38, existem apenas 10 parques infantis (6%), cujo piso é formado por areão.

Tabela 39. Piso de aparas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	161	95%
Sim	8	5%
Total	169	100%

Por outro lado, apenas 5% dos parques infantis possui piso formado por aparas, tal como apresenta a tabela 39.

Saliente-se que nenhum parque infantil tem piso em relva sintética.

Tabela 40. Boas condições de limpeza do piso

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	168	99%
Sim	1	1%
Total	169	100%

No que se refere às condições dos pisos, apenas existe um caso (1%) em que se considera que o piso está em boas condições de limpeza, tal como apresenta a tabela 40. Assim, em 99% dos casos o piso não possui boas condições de limpeza considerando-se preocupante a manutenção destes parques sem a devida e contínua intervenção.

Tabela 41. Boas condições de conservação do piso

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	68	40%
Sim	101	60%
Total	169	100%

As condições de conservação do piso tendem a ser melhores que as condições de limpeza, dado que em 60% dos parques infantis estas são consideradas boas, tal como consta da tabela 41.

Tabela 42. Piso de base aos aparelhos em cimento

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	35	21%
Sim	134	79%
Total	169	100%

O piso que serve de base aos aparelhos e equipamentos é de cimento em 79% dos parques infantis em estudo, tal como consta da tabela 42.

Tabela 43. Piso de base aos aparelhos em asfalto

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	166	98%
Sim	3	2%
Total	169	100%

No caso do asfalto, apenas em 3 parques infantis (2%), este é o material do piso que serve de base aos aparelhos. Conforme consta na tabela 43.

Tabela 44. Piso de base aos aparelhos em relva natural

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	167	99%
Sim	2	1%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 44, existem apenas 2 parques infantis (1%) cujo piso que serve de base aos aparelhos é de relva natural.

Tabela 45. Piso de base aos aparelhos em areia

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	162	96%
Sim	7	4%
Total	169	100%

Em 4% dos parques infantis, o piso que serve de base aos aparelhos é de areia, conforme comprova a tabela 45.

Tabela 46. Piso de base aos aparelhos em borracha modular (sintético aos quadrados)

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	132	78%
Sim	37	22%
Total	169	100%

Os pisos que servem de base aos aparelhos são de borracha modular em 22% dos parques infantis, conforme consta da tabela 46.

Tabela 47. Piso de base aos aparelhos em borracha em contínuo

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	54	32%
Sim	115	68%
Total	169	100%

Tal como no caso dos pisos dos parques infantis, os pisos que servem de base aos aparelhos que se apresentam como mais frequentes são os pisos de borracha em contínuo, dado que 68% possuem o mesmo, conforme consta da tabela 47.

Tabela 48. Piso de base aos aparelhos em terra batida

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	158	93%
Sim	11	7%
Total	169	100%

Em 7% dos parques infantis, os pisos que servem de base aos aparelhos são de terra batida, tal como consta da tabela 48.

Tabela 49. Piso de base aos aparelhos em areão

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	161	95%
Sim	8	5%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 49, entre os pisos que servem de base aos aparelhos apenas 5% são de areão.

Tabela 50. Piso de base aos aparelhos em aparas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	161	95%
Sim	8	5%
Total	169	100%

A percentagem de pisos que servem de base aos aparelhos em aparas é igual à registada ao nível do areão (5%), conforme apresenta a tabela 50.

Por fim, deve referir-se que, em nenhum dos parques infantis, o piso que serve de base aos aparelhos é de relva sintética.

Tabela 51. Boas condições de limpeza do piso do parque infantil

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	161	95%
Sim	8	5%
Total	169	100%

No que se refere às condições de limpeza dos pisos, existe apenas um caso (1%), em que estas condições são boas, conforme consta da tabela 51, o que evidencia um problema ao nível da manutenção destes pisos.

Tabela 52. Boas condições de conservação do piso que serve de base aos aparelhos

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	65	38%
Sim	104	62%
Total	169	100%

Quanto às condições de conservação dos pisos que servem de base aos aparelhos, estas são melhores que as condições de limpeza. Assim, em 62% dos parques infantis existem boas condições de conservação destes pisos, conforme consta da Tabela 52.

Tabela 53. Existência de sinais de utilização por cães

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	28	17%
Sim	141	83%
Total	169	100%

Em relação à sinalização, conforme consta da tabela 53, em 83% dos parques infantis em estudo existem sinais que indicam a utilização por cães.

Tabela 54. Existência de zona de manipulação – locomoção associada a estruturas fixas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	162	96%
Sim	7	4%
Total	169	100%

Entre os parques em estudo, existem apenas 7 casos (4%) em que existe uma zona de manipulação-locomoção associada a estruturas fixas, conforme consta da tabela 54. Estas zonas têm um propósito muito específico, pelo que a adesão às mesmas ainda é reduzida por parte dos parques.

Tabela 55. Existência de zona de mobilidade e/ou de uso aberto

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	80	47%
Sim	89	53%
Total	169	100%

Segundo a leitura da tabela 55, verifica-se em 53% dos parques infantis a existência de zona de mobilidade e/ou uso aberto.

Tabela 56. Existência de zona de equilíbrio e/ou balanço

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	19	11%
Sim	150	89%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 56, a existência de zonas de equilíbrio e/ou balanço é frequente nos parques infantis, dado que 89% dos mesmos possui zonas desta natureza. Estas zonas possibilitam experimentar o corpo em situações de equilíbrio, desequilíbrio e transição.

Tabela 57. Existência de zona de criatividade

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	27	16%
Sim	142	84%
Total	169	100%

Em 84% dos parques infantis existe uma zona de criatividade, na qual se promovem diversas brincadeiras, tal como consta da tabela 57.

Tabela 58. Existência de zona de multi-atividades

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	76	45%
Sim	93	55%
Total	169	100%

A zona de multi-atividades refere-se a um tipo de zona que integra duas ou mais zonas anteriormente referidas. Assim, em 55% dos parques infantis existe esta zona, tal como consta na tabela 58.

Tabela 59. Existência de zona de diferenciação única

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	69	41%
Sim	100	59%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 59, em 59% dos parques infantis existem zonas de diferenciação única, nas quais se regista um equipamento que se destaca dos restantes equipamentos do parque pela sua estética própria.

Tabela 60. Existência de zona de comunicação

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	117	69%
Sim	520	31%
Total	169	100%

A zona de comunicação é uma zona de circulação e ligação entre as diferentes áreas. No entanto, conforme consta na tabela 60, apenas 31% dos parques infantis dispõe desta zona, dado que são zonas mais comuns em parques de grande dimensão.

Tabela 61. Existência de zona destinada a saltos (trampolins e outras estruturas similares)

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	114	67%
Sim	55	33%
Total	169	100%

Em 33% dos parques infantis existe uma zona destinada a saltos, tais como trampolins, conforme consta da tabela 61.

Tabela 62. Existência de zona destinada a skate e outros desportos sobre rodas

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	167	99%
Sim	2	1%
Total	169	100%

Entre os parques em estudo, existem apenas dois casos (1%), em que encontramos uma zona destinada a skates e outros desportos realizados sobre rodas, conforme consta da tabela 62.

Tabela 63. Autorização para circulação de bicicletas, trotinetes ou skates

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	165	98%
Sim	4	2%
Total	169	100%

Ainda no que se refere a skates, bicicletas e trotinetes, apenas em 4 parques infantis (2%) existe autorização para a circulação destes meios de locomoção, tal como consta da tabela 63. Contudo, dado que não tende a existir esta permissão, considera-se que pode ter existido algum erro de registo de informações.

Tabela 64. Número de equipamento ou elemento natural para trepar ou escalar

Resposta	Frequência	Percentagem
0	80	48%
1	39	25%
2	18	9%
3	15	9%
4	3	2%
5	3	2%
6	3	2%
7	3	1%
11	3	1%
12	2	1%
Total	169	100%

Conforme consta da tabela 64, 48% dos parques infantis não possui qualquer elemento para trepar ou escalar. No entanto, em 25% dos parques existe um elemento com esta funcionalidade. Deve ainda referir-se que existe um parque infantil (1%) com 11 equipamentos desta natureza e um outro (1%), com 12 equipamentos.

Tabela 65. Número de equipamento ou elemento natural para deslizar/escorregar

Resposta	Frequência	Percentagem
0	17	10%
1	111	66%
2	22	13%
3	7	4%
5	1	1%
Omisso	11	6%
Total	169	100%

Quanto aos equipamentos para deslizar ou escorregar é frequente (66%) que os parques infantis possuam um equipamento desta natureza. No entanto, em 13% dos parques existem dois equipamentos, sendo ainda de referir que 10% dos parques não possui qualquer escorrega ou similar, conforme consta na tabela 65.

Tabela 66. Número de equipamento ou elemento natural de equilíbrio

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	112	66%
1	22	13%
2	14	8%
3	3	2%
4	1	1%
6	1	1%
Omisso	16	9%
Total	169	100%

Em 66% dos parques infantis não existem equipamentos de equilíbrio, tal como consta na tabela 66. No entanto, em 13% dos parques existe um equipamento desta natureza.

Tabela 67. Número de equipamento ou elemento natural de balanço

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	17	10%
1	29	17%
2	40	24%
3	32	19%
4	25	15%
5	7	4%
6	2	1%
7	3	1%
9	1	1%
Omisso	13	8%
Total	169	100%

Os baloiços surgem como um equipamento cujo número é volátil, conforme apresenta a tabela 67. Assim, em 24% dos parques infantis existem 2 baloiços, enquanto 19% possuem 3 baloiços e 29% possui apenas um. Existem ainda 15% dos parques que contam com 4 baloiços, sendo de referir que um dos parques do estudo contem 9 baloiços.

Tabela 68. Número de equipamento ou elemento natural de rodopiar ou rotação

Resposta	Frequência	Percentagem
0	141	83%
1	10	6%
2	2	1%
3	1	1%
Omisso	15	9%
Total	169	100%

Os equipamentos para rodopiar são poucos frequentes nos parques infantis, dado que em 83% não existe qualquer elemento, conforme consta na tabela 68. Existem 6% dos parques com um equipamento destes, sendo que existe um caso em que o parque contém três equipamentos desta natureza.

Saliente-se que entre os parques em estudo, não existe qualquer resposta no que se refere à questão do número de equipamentos para habilidades motoras de manipulação, facto que pode dever-se à ausência de explicação acerca desta alínea da FOPIN. A mesma situação é registada pelo número de equipamentos para habilidades motoras combinadas.

Tabela 69. Número de equipamento ou elemento natural para jogo social

Resposta	Frequência	Percentagem
0	85	50%
1	62	37%
2	12	7%
3	4	2%
4	1	1%
6	4	2%
7	1	1%
Total	169	100%

Em 50% dos parques infantis não existe qualquer elemento destinado a jogos sociais, tal como consta na tabela 69. No entanto, em 37% dos casos existem estes

equipamentos. Existe ainda um caso, possivelmente um parque de maior dimensão, em que são registados 7 equipamentos desta natureza.

Tabela 70. Número de equipamento ou elemento natural para jogo criativo

Resposta	Frequência	Percentagem
0	113	67%
1	52	31%
2	4	2%
Total	169	100%

Em relação aos equipamentos para jogos criativos como construção, faz-de-conta e outros, a frequência é menor que a registada no caso dos jogos sociais. Assim, 67% não possui estes equipamentos, tal como consta na tabela 70. No entanto, em 31% existem equipamentos para jogos criativos.

Tabela 71. Número de equipamento ou elemento natural para jogo de atividade física

Resposta	Frequência	Percentagem
0	26	15%
1	16	9%
2	11	7%
3	32	19%
4	30	18%
5	23	14%
6	12	7%
7	7	4%
8	2	1%
9	2	1%
10	6	4%
14	2	1%
Total	169	100%

Os equipamentos para jogos de atividade física incluem equipamentos para balancear, trepar e deslizar. De acordo com a tabela 71, em 19% dos parques infantis existem 3 equipamentos desta natureza. Em 18% dos parques existem 4 equipamentos destes e

em 14% o número ascende aos 5 equipamentos. Deve ainda salientar-se que existem dois parques infantis (1%) com 14 elementos para jogos de atividade física. No entanto, em 15% dos parques não existem equipamentos desta natureza.

Tabela 72. Número de equipamento ou elemento natural para refúgio

Resposta	Frequência	Percentagem
0	88	52%
1	59	35%
2	17	10%
3	2	1%
5	2	1%
6	1	1%
Total	169	100%

Os equipamentos para refúgio são pouco frequentes, dado que podem intervir na segurança dos utilizadores. Assim, conforme consta na tabela 72, em 52% dos parques não existem equipamentos desta natureza. Em 35% dos parques infantis existe apenas um elemento destes. No entanto, existe um caso em que se encontram 6 elementos de refúgio ou esconderijo.

Tabela 73. Número de equipamento ou elemento natural multi-estruturais

Resposta	Frequência	Percentagem
0	60	36%
1	96	57%
2	11	6%
4	2	1%
Total	169	100%

Os equipamentos multi-estruturais referem-se a estruturas complexas e integradas. Desta forma, segundo consta da tabela 73, em 57% dos parques existe um elemento desta natureza. Contudo, em 36% dos parques infantis não encontramos qualquer elemento destes.

Tabela 74. Número de equipamento ou elemento natural uni-estrutural

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	44	26%
1	36	21%
2	34	20%
3	28	17%
4	14	8%
5	4	2%
6	4	2%
7	1	1%
8	1	1%
9	2	1%
10	1	1%
Total	169	100%

Os elementos uni-estruturais são mais frequentes que os multi-estruturais, conforme consta da tabela 74. Assim, apenas em 26% não existem equipamentos. No entanto, em 21% dos parques existe um equipamento uni-estrutural, em 20% existem dois equipamentos desta natureza e em 17% existem 3 equipamentos destes. Existe um parque com 10 equipamentos uni-estruturais.

Tabela 75. Número de equipamento ou elemento natural de estrutura única e diferenciada

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	128	76%
1	35	21%
2	2	1%
3	2	1%
4	2	1%
Total	169	100%

Os equipamentos de estrutura única e diferenciada referem-se a elementos que se destacam dos restantes em termos estruturais ou estéticos. Assim, em 76% dos parques

não se regista a presença destes elementos. No entanto em 21% existe um equipamento como os descritos, tal como consta da tabela 75.

Tabela 76. Número de equipamento ou elemento natural de estrutura de uso aberto

Resposta	Frequência	Percentagem
0	128	76%
1	35	21%
2	2	1%
3	2	1%
4	2	1%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 76, em 76% dos parques infantis não existem equipamentos de uso aberto, ou seja, não existem espaços abertos sem equipamentos ou construções. Contudo, em 21% existe pelo menos um equipamento desta natureza.

Tabela 77. Número de equipamento ou elemento de estrutura de circulação

Resposta	Frequência	Percentagem
0	131	77%
1	31	18%
2	3	2%
3	3	2%
5	1	1%
Total	169	100%

As estruturas de circulação e ligação não são comuns, dado que em 77% dos parques infantis não existem, tal como apresenta a tabela 77. Assim, apenas em 18% se regista esta ocorrência.

Tabela 78. Número de equipamentos de equilíbrio

Resposta	Frequência	Percentagem
0	128	76%
1	24	14%
2	12	7%
3	4	2%
6	1	1%
Total	169	100%

Em relação aos equipamentos de equilíbrio estes também não são comuns, dado que em 76% dos parques não existem, conforme consta na tabela 78. No entanto, 14% dos parques contém um equipamento de equilíbrio, sendo de referir que num dos parques existem 6 equipamentos desta natureza.

Tabela 79. Número de equipamentos com armações para trepar e escalar

Resposta	Frequência	Percentagem
0	94	56%
1	38	23%
2	18	12%
3	11	5%
4	3	1%
5	1	1%
6	2	1%
11	1	1%
12	1	1%
Total	169	100%

No que se refere às armações para trepar e escalar, 56% dos parques infantis não contém qualquer equipamento com este destino, tal como consta da tabela 79. No entanto, em 23% dos parques existe um equipamento desta natureza e em 12% existem dois equipamentos destes. Deve salientar-se que existe um parque com 11 equipamentos destes e um outro com 12 equipamentos.

Tabela 80. Número de equipamentos para suspensão

Resposta	Frequência	Percentagem
0	136	81%
1	25	14%
2	1	1%
3	6	3%
13	1	1%
Total	169	100%

Os equipamentos de suspensão são pouco frequentes, dado que 81% dos parques infantis não possuem estes equipamentos. Conforme consta na tabela 80, em 14% dos casos existe apenas um elemento de suspensão. Deve salientar-se a existência de um parque com 13 elementos desta natureza, facto que pode corresponder à realidade ou tratar-se de um erro de registo.

Tabela 81. Número de equipamentos com alvos para bolas

Resposta	Frequência	Percentagem
0	155	92%
1	2	1%
2	11	6%
4	1	1%
Total	169	100%

Em 92% dos parques infantis não existem equipamentos com alvos para bolas, conforme apresenta a tabela 81. No entanto, em 6% dos parques infantis existem dois equipamentos com alvos para bolas. Existe ainda um parque em que existem 4 equipamentos destes.

Tabela 82. Número de equipamentos gímnicos

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	156	91%
1	3	2%
2	3	2%
3	3	2%
4	2	1%
5	1	1%
8	1	1%
Total	169	100%

No que se refere aos equipamentos gímnicos, em 91% dos parques infantis não existe qualquer equipamento. De acordo com a tabela 82, em 2% dos parques infantis existe um equipamento gímnico. A percentagem de parques com dois elementos é idêntica, verificando-se o mesmo com os parques com três equipamentos. Um dos parques do estudo contém 8 equipamentos gímnicos.

Tabela 83. Número de baloiços tradicionais

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	40	24%
1	40	24%
2	82	48%
3	2	1%
4	4	2%
6	1	1%
Total	169	100%

Em 48% dos parques em estudo existem 2 baloiços tradicionais, tal como apresenta a tabela 83. No entanto, em 24% existe apenas um baloiço tradicional, sendo que em 24% não existe qualquer equipamento destes. Ainda assim, existe um parque infantil cujo número de baloiços tradicionais ascende a 6.

Tabela 84. Número de baloiços em pneus

Resposta	Frequência	Percentagem
0	142	84%
1	27	16%
Total	169	100%

Os baloiços em pneus já são pouco frequentes nestes parques devido à preocupação com a saúde dos utilizadores. Assim, conforme consta da tabela 84, em 84% não existem baloiços em pneus, sendo que em 16% existe um baloiço como o descrito.

Tabela 85. Número de baloiços coletivos

Resposta	Frequência	Percentagem
0	149	88%
1	15	9%
2	5	3%
Total	169	100%

Quanto aos baloiços coletivos, em 88% não existe qualquer equipamento desta natureza. De acordo com a tabela 85, em 9% dos parques infantis existe um baloiço coletivo, sendo que nos restantes 3% existem dois destes equipamentos.

Tabela 86. Número de baloiços em corda

Resposta	Frequência	Percentagem
0	153	90%
1	7	4%
2	6	4%
3	1	1%
4	2	1%
Total	169	100%

Tal como os baloiços em pneus, os baloiços em corda perderam relevância, pelo que 90% dos parques infantis não possui baloiços desta natureza. Por outro lado, conforme

consta da tabela 86, apenas 4% dos parques possui um baloiço destes. No entanto, existem dois casos (1%) em que se encontram 4 baloiços de corda.

Tabela 87. Número de balancins de mola

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	69	41%
1	63	37%
2	29	17%
3	4	2%
4	3	2%
6	1	1%
Total	169	100%

Em 41% dos parques infantis não existem balancins de mola, mas em 37% dos parques existe um equipamento destes, tal como consta da tabela 87. Existem ainda 17% dos parques cujo número ascende a 2 balancins. Por outro lado, existe um parque infantil que contém 6 balancins de molas.

Tabela 88. Número de pontes

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	151	90%
1	14	8%
2	4	2%
Total	169	100%

As pontes não se encontram registadas em 90% dos parques infantis em estudo, sendo que apenas 8% possui um destes equipamentos, tal como consta na tabela 88. No entanto, existem 2% dos parques em que existem duas pontes.

Tabela 89. Número de balancés

Resposta	Frequência	Percentagem
0	145	86%
1	18	10%
2	6	4%
Total	169	100%

Quanto aos balancés, estes não existem em 86% dos parques infantis. De acordo com a tabela 89, existe 10% de parques infantis que possui um destes equipamentos, sendo que os restantes 4% possuem dois balancés.

Tabela 90. Número de carrosséis

Resposta	Frequência	Percentagem
0	142	84%
1	23	14%
2	4	2%
Total	169	100%

Em 84% dos parques infantis não existem carrosséis, tal como consta da tabela 90. Contudo em 14% destes parques existe um carrossel e nos restantes 2% existem 2 carrosséis.

Tabela 91. Número de escorregas convencionais

Resposta	Frequência	Percentagem
0	53	31%
1	98	58%
2	15	9%
3	2	1%
4	1	1%
Total	169	100%

Os escorregas convencionais são equipamentos frequentes nos parques infantis, pelo que 58% destes possui um escorrega convencional. Conforme consta na tabela 91, em

31% não existem estes escorregas, mas em 9% existem dois equipamentos desta natureza. Deve ainda referir-se que num dos casos encontramos 4 escorregas convencionais.

Tabela 92. Número de escorregas largos

Resposta	Frequência	Percentagem
0	168	9%
1	1	1%
Total	169	100%

Os escorregas largos são menos frequentes devido ao elevado custo e à modernidade do equipamento. Assim, em 99% dos parques infantis não existem escorregas largos, tal como apresenta a tabela 92, pelo que existe apenas um caso em que existem escorregas desta natureza.

Tabela 93. Número de escorregas em tubo

Resposta	Frequência	Percentagem
0	168	9%
Omisso	1	1%
Total	169	100%

Em relação aos escorregas em tubo, estes não existem em nenhum dos parques em estudo, tal como apresenta a tabela 93. Houve, porém, um caso omissos nesta questão. Em observação posterior, detetou-se a existência de um escorrega em tubo, em pelo menos um caso (Parque Infantil do Vale das Flores em Coimbra).

Tabela 94. Número de escorregas em espiral

Resposta	Frequência	Percentagem
0	166	98%
1	3	2%
Total	169	100%

Quanto aos escorregas em espiral, existem 3 parques infantis (2%) que integram este equipamento, tal como apresenta a tabela 94.

Tabela 95. Número de modelações

Resposta	Frequência	Percentagem
0	160	95%
1	7	4%
2	2	1%
Total	169	100%

Em 95% dos parques infantis não existem modelações, mas em 4% dos parques existe uma modelação. Por outro lado, conforme apresenta a tabela 95, há dois casos em que existem duas modelações nos parques infantis.

Tabela 96. Número de postes de bombeiros

Resposta	Frequência	Percentagem
0	152	89%
1	15	9%
2	1	1%
3	1	1%
Total	169	100%

No âmbito da segurança, existem postes de bombeiro em 89% dos parques infantis em estudo, sendo que em 9% existe apenas um poste destes. A tabela 96 evidencia que existe um parque com 3 postes de bombeiro.

Tabela 97. Número de argolas

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	151	89%
1	13	8%
2	4	2%
8	1	1%
Total	169	100%

Em relação à presença de argolas, em 89% dos parques não existe tal equipamento. No entanto, tal como apresenta a tabela 97, em 8% dos parques existe um equipamento de argolas. Os dados registaram um parque infantil com 8 equipamentos desta natureza.

Tabela 98. Número de combinações de equipamentos pequenos

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	87	52%
1	73	42%
2	8	5%
4	1	1%
Total	169	100%

A combinação de equipamentos pequenos é frequente nos parques infantis, pelo que 42% deles possuem uma destas combinações e 5% possui duas combinações. No entanto, tal como consta na tabela 98, em 52% dos parques não existe qualquer combinação de equipamentos pequenos.

Tabela 99. Número de combinações de equipamentos grandes

Resposta	Frequência	Percentagem
0	97	57%
1	65	39%
2	7	4%
Total	169	100%

Quanto às combinações de equipamentos grandes, estas não ocorrem em 57% dos parques infantis, conforme consta da tabela 99. Contudo, em 39% dos parques existe uma destas combinações e existem 4% em que ocorre duas vezes a referida combinação.

Tabela 100. Número de estruturas de jogos

Resposta	Frequência	Percentagem
0	150	89%
1	8	5%
2	7	4%
3	2	1%
6	1	1%
Total	169	100%

As estruturas de jogos são pouco frequentes, pelo que em 89% dos parques infantis não é registada esta infraestrutura.

Tabela 101. Número de equipamentos de representação estática – animais

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	96	57%
1	45	26%
2	12	7%
3	11	7%
4	2	1%
7	1	1%
10	2	1%
Total	169	100%

Em 57% dos parques infantis não são usados animais como elementos de representação estática. Contudo em 26% dos parques existe um destes elementos, conforme consta da tabela 101. Existem ainda dois parques em que o número de animais como elementos de representação estática ascende a 10 animais.

Tabela 102. Número de equipamentos de representação estática – barcos, automóveis e motas

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	140	83%
1	24	14%
2	2	1%
3	3	2%
Total	169	100%

A representação estática de barcos, automóveis e motas é pouco frequente nos parques infantis, pelo que 83% destes não possui qualquer destes elementos. No entanto, tal como consta na tabela 102, em 14% existe um destes elementos.

Tabela 103. Número de equipamentos de representação estática – esculturas

Resposta	Frequência	Percentagem
0	159	94%
1	4	2%
2	2	1%
3	3	2%
4	1	1%
Total	169	100%

Ainda menos frequentes do que os barcos, automóveis e motas é o uso de esculturas nos parques infantis. Assim, 94% dos parques não possui esculturas como elementos de representação estática. Em conformidade com a tabela 103, existem 2% de parques que possui uma escultura, existindo um caso concreto em que existem 4 elementos desta natureza.

Tabela 104. Número de equipamentos de representação estática – troncos de árvores

Resposta	Frequência	Percentagem
0	165	98%
1	4	2%
Total	169	100%

Em relação aos troncos de árvores, em 98% dos parques infantis não existe qualquer representação estática. Assim, tal como consta da tabela 104, em 2% existe um elemento representativo do referido.

Tabela 105. Número de equipamentos de representação estática – túneis

Resposta	Frequência	Percentagem
0	164	97%
1	5	3%
Total	169	100%

Em 97% dos parques infantis não se encontram representados túneis, tal como consta da tabela 105. Assim, os parques com um elemento desta natureza são apenas 5 (3%).

Tabela 106. Número de equipamentos de representação estática - escavadoras

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	167	99%
1	2	1%
Total	169	100%

Ainda menos frequente é o uso de escavadoras como elementos representativos dos parques infantis. Assim, são 99% os parques que não possuem este elemento representado. A tabela 106 indica que existem apenas dois casos em que são usadas escavadoras como elementos representativos estáticos.

Tabela 107. Número de equipamentos de representação estática – moinhos e acessórios

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	158	93%
1	10	6%
3	1	1%
Total	169	100%

Ainda no âmbito da representação estática, em 93% dos parques infantis não se usa a representação do moinho, sendo que em 6% se representa um elemento desta natureza. De acordo com a tabela 107, existe um parque infantil que possui 3 representações de moinhos e similares.

Tabela 108. Número de equipamentos de refúgio – cabanas

Resposta	Frequência	Percentagem
0	146	86%
1	16	9%
2	6	4%
3	1	1%
Total	169	100%

No seio dos equipamentos de refúgio, existem 86% dos parques em que não existe qualquer cabana. No entanto, em 9% dos parques existe uma cabana, tal como apresenta a tabela 108. Surge ainda um caso em que existem 3 cabanas no parque em causa.

Tabela 109. Número de equipamentos de refúgio – abrigos

Resposta	Frequência	Percentagem
0	97	57%
1	54	32%
2	15	9%
3	2	1%
4	1	1%
Total	169	100%

Os abrigos são mais frequentes que as cabanas, pelo que 32% dos parques infantis possuem um abrigo. Além disso, em 9% dos parques existem dois abrigos e surgem ainda casos com mais equipamentos de refúgio desta natureza. No entanto, pela tabela 109, sabe-se que 57% dos parques não possuem abrigos.

Tabela 110. Número de equipamentos de refúgio – torres e fortes

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	151	89%
1	13	8%
2	3	2%
3	2	1%
Total	169	100%

As torres e fortes são menos frequentes, dado que 89% dos parques infantis não possui qualquer equipamento desta natureza. De acordo com a tabela 110, existem 8% de parques com uma torre ou forte. Por outro lado, existem dois parques com três equipamentos de refúgio do tipo dos referidos.

Tabela 111. Número de equipamentos de refúgio – casa de jogo tradicional

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	130	77%
1	34	20%
2	5	3%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 111, em 77% dos parques infantis não existem casas de jogo tradicional, mas em 20% dos parques existe um destes equipamentos. Deve ainda referir-se que 3% possuem duas casas de jogo tradicional.

Tabela 112. Número de caixas de areia

Resposta	Frequência	Porcentagem
0	168	99%
1	1	1%
Total	169	100%

As caixas de areia são apenas verificadas num dos parques infantis em estudo (1%), tal como apresenta a tabela 112.

Tabela 113. Número de blocos de construção

Resposta	Frequência	Percentagem
0	160	95%
1	7	4%
2	2	1%
Total	169	100%

Quanto aos blocos de construção, a tabela 113 indica que 95% dos parques não possui este equipamento. Contudo, 4% possui um bloco de construção, enquanto em dois dos parques infantis existem dois equipamentos desta natureza.

Tabela 114. Número de equipamentos de água

Resposta	Frequência	Percentagem
0	166	98%
1	2	1%
2	1	1%
Total	169	100%

Os equipamentos construídos com água não são detetados em 98% dos parques infantis, conforme consta da tabela 114. Ainda assim, existe um parque com dois equipamentos deste tipo.

Tabela 115. Número de módulos de madeira

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	150	89%
Sim	19	11%
Total	169	100%

Em 89% dos parques infantis não existem módulos de madeira, tal como consta da tabela 115. Os restantes 11% possuem um módulo de madeira.

Tabela 116. Falta de alguma parte da estrutura dos equipamentos

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	132	78%
Sim	33	20%
Omisso	4	2%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 116, em 78% dos parques infantis, os equipamentos não possuem partes de equipamentos em falta. No entanto, em 20% dos parques tal situação é detetada.

Tabela 117. Partes de estruturas danificadas

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	149	88%
Sim	16	9%
Omisso	4	3%
Total	169	100%

Em 88% dos parques infantis não existem partes de equipamentos danificadas, tal como aborda a tabela 117. Ainda assim, 9% possuem equipamentos danificados.

Tabela 118. Falta de parafusos

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	153	91%
Sim	12	7%
Omisso	4	2%
Total	169	100%

A falta de parafusos nos equipamentos não é registada em 91% dos parques infantis, conforme consta na tabela 118. Assim, 7% dos parques possuem essa deficiência.

Tabela 119. Suportes não fixos ao chão

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	139	82%
Sim	30	18%
Total	169	100%

Em 82% dos parques infantis não são detetados suportes não fixos ao chão, mas tal é registado em 18% dos parques infantis em estudo, conforme consta da tabela 119.

Tabela 120. Sinais de ferrugem ou corrosão

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	130	77%
Sim	36	21%
Omisso	3	2%
Total	169	100%

Os sinais de ferrugem ou corrosão ocorrem em 21% dos parques infantis, tal como consta da tabela 120.

Tabela 121. Lascas, fendas, saliências e pregos

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	60	35%
Sim	109	65%
Total	169	100%

Em conformidade com a tabela 121, em 65% dos parques infantis existem lascas, saliências, fendas e pregos que podem colocar a segurança da criança em risco.

Tabela 122. Existência de sinais com a informação da idade a que se destina o parque

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	68	40%
Sim	101	60%
Total	169	100%

A idade a que se destina o parque encontra-se indicada em 60% dos parques, tal como consta da tabela 122, pelo que os restantes 40% não possuem essa indicação.

Tabela 123. Existência de sinais com a informação da idade a que se destinam as estruturas

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	152	90%
Sim	17	10%
Total	169	100%

A idade a que se destinam as estruturas encontra-se indicada apenas em 10% dos parques, tal como consta da tabela 123, pelo que os restantes 90% não possuem essa indicação.

Tabela 124. Existência de sinais com a informação das restrições e limitações do parque

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	102	61%
Sim	67	39%
Total	169	100%

As restrições e limitações de algumas áreas do parque encontram-se sinalizadas em 39% dos parques infantis, pelo que os restantes 61% não possuem essa informação, conforme indica a tabela 124.

Tabela 125. Existência de sinais com a informação de proibição para cães

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	141	83%
Sim	28	17%
Total	169	100%

A proibição de entrada de cães encontra-se sinalizada em 17% dos parques infantis, tal como consta da tabela 125.

Tabela 126. Existência de sinais com a informação da entidade a quem comunicar acidentes

Resposta	Frequência	Percentagem
Não	26	15%
Sim	143	85%
Total	169	100%

De acordo com a tabela 126, em 85% dos parques infantis encontra-se afixada a informação acerca da entidade que se deve contactar em caso de acidente ou falha no parque.

Tabela 127. Existência de espaço que impeça colisão de aparelhos

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	10	6%
Sim	159	94%
Total	169	100%

Na maioria dos parques (94%) existe espaço suficiente para impedir que ocorra a colisão entre dois aparelhos em uso, tal como consta da tabela 127.

Tabela 128. Colocação dos aparelhos sem perigo de colisão com crianças

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	4	2%
Sim	165	98%
Total	169	100%

A colocação dos aparelhos é efetuada de forma a evitar a colisão com as crianças que brincam no parque em 98% destes parques, tal como informa a tabela 128.

Tabela 129. Organização do espaço para diferentes faixas etárias

Resposta	Frequência	Porcentagem
Não	43	25%
Sim	126	75%
Total	169	100%

A organização do espaço é efetuada mediante a faixa etária em 75% dos parques infantis, tal como consta da tabela 129. No entanto, os restantes 25% de parques não se encontram organizado desta forma.

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO

O tema do presente trabalho abrange 15 dos 17 concelhos que constituem o Distrito de Coimbra.

Como traço comum de praticamente todos os parques infantis que foram observados, domina a simplicidade dos equipamentos. Havendo, é certo, alguma variação na amostra dos equipamentos, o que nos é dado observar é a igualdade ou a semelhança entre a maioria deles.

Em quase todos os EJR analisados, encontramos os baloiços (tradicional e de pneu), os balancins de mola, os escorregas (com grande predomínio dos convencionais), as estruturas para trepar e, relativamente às superfícies dos parques, piso de borracha modular, sintético aos quadrados, e piso de borracha modular contínuo.

Um aspeto a salientar diz respeito à falta de equipamentos e parques infantis direcionados a crianças portadoras de deficiência, e constitui um ponto a ser revisto, pois se torna extremamente preocupante.

Sublinhe-se ainda, no que toca às deficiências, o pouco rigor verificado a nível da manutenção dos parques infantis. Pelo que nos foi dado observar, os parques, regra geral, são pouco visitados por pessoal cuidador, pois, salvo algumas raras exceções, apresentavam um aspeto bastante descuidado. Provavelmente deduzimos que existe uma falha na fiscalização e inspeção destas instalações lúdicas.

Quanto aos aspetos positivos, importa destacar a boa sinalização dos parques infantis, nomeadamente todos os esclarecimentos envolvidos para o bom funcionamento e bom uso dos equipamentos, incluindo os contatos telefónicos de ajuda em caso de acidente.

Frisamos igualmente a relevância do contexto paisagístico e de todo o ambiente de envolvência do parque.

Observámos que a simplicidade dos parques aumenta consoante o seu afastamento relativamente ao centro do concelho em causa, sem que isso faça perder a sua atratividade. Em todos eles, por mais simples que sejam, repetem-se regra geral os

mesmos equipamentos, havendo, porém, em muitos deles, um aspecto que consideramos muito importante e de destaque, nomeadamente a relevância de aspetos relacionados com arte, por exemplo equipamentos quase sempre exibindo um “visual” alegre de cores vivas, que na sua maioria são figuras representativas de animais, veículos, etc., a sugerir formas artísticas.

Acreditamos, e está igualmente comprovado cientificamente, que determinados equipamentos, devido ao seu aspeto estético, funcionam como elementos extremamente aliciantes para as crianças, na medida em que proporcionam positivamente o seu desenvolvimento em ambiente estimulante, o que beneficia em muito, não só o enriquecimento das capacidades imaginativas e emocionais, como também exerce uma influência crescente sobre a capacidade de socialização dos pequenos utentes. Este “pensamento estético-artístico” leva-nos em enfatizar o verdadeiro sentido do conceito de *affordance*.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

5.1. Conclusão

Os EJR, neste caso específico designados por Parques Infantis, foram construídos com o intuito de salvaguardar o Direito a Brincar, muito discutido e defendido pela Convenção dos Direitos da Criança, extremamente importante no percurso de desenvolvimento saudável e íntegro na Infância.

Tratando-se de espaços preparados especificamente para esse fim, que é o brincar livre, as crianças têm toda a liberdade e iniciativa para realizar várias atividades, apesar de esteticamente e efetivamente os parques infantis se apresentarem pouco diversificados, nomeadamente no que se refere ao tipo de equipamentos/oportunidades (*affordances*). O seu aspeto é geralmente estandardizado. Afiguram-se como uma espécie de réplicas uns dos outros, possuindo embora muitos deles, como anteriormente já notámos, um certo toque artístico. Quase na sua totalidade apresentam cores alegres e possibilidades de estimulação motora variadas.

A maioria situa-se numa zona considerada central no meio habitacional em que está inserido.

Regra geral, não se verifica nas proximidades dos Parques Infantis a existência de uma rua movimentada. Mesmo assim, algumas medidas respeitantes à acessibilidade foram tomadas, para que ficasse salvaguardada a segurança dos utentes.

A quase totalidade possui equipamentos de madeira e metal. O piso de borracha artificial em contínuo é o mais utilizado. Quanto aos equipamentos para deslizar ou escorregar, estão presentes em bastante quantidade. A existência de zonas de equilíbrio e/ou balanço é frequente. Zonas para trepar e equipamentos de suspensão, existem, mas não abundantemente. Na maioria destes espaços encontra-se uma zona de criatividade.

A idade a que se destina o parque encontra-se assinalada em mais de metade dos mesmos e geralmente encontra-se afixada a informação acerca da entidade que se deve contactar em caso de acidente.

Na globalidade dos EJR analisados, os equipamentos são colocados de forma a impedir que ocorra a colisão entre eles ou com as crianças que brincam no parque, sendo a organização do espaço quase sempre efetuada mediante a faixa etária dos utentes.

Há, no entanto, que salientar, relativamente às condições de segurança e manutenção dos parques, alguns aspetos negativos detetados na visita e observação por nós efetuada.

Em quase metade dos parques infantis existem lascas, saliências, fendas e pregos que podem colocar a segurança da criança em risco. Assim como se verificou que apenas um número ínfimo dos EJR se encontra em boas condições de limpeza.

Bem mais de metade não possui qualquer elemento de vegetação, nem qualquer fonte de água potável.

Igualmente notámos que em grande parte dos espaços se ignorou ou descurou a sua utilização por deficientes.

Embora a proibição de entrada de cães só se encontre sinalizada em alguns parques infantis, na maioria dos casos registam-se sinais que indicam a utilização por cães.

Não obstante as lacunas e deficiências por último expostas, saltou-nos à vista, ao participarmos na tarefa de observação dos parques infantis, o empenho evidente que se desenvolveu em proporcionar às crianças de hoje zonas que vão ao encontro das suas necessidades e impulsos naturais.

Os estudos sobre EJR são nomeadamente de interesse para estudantes e profissionais da área de atividade física e desportiva e para quem trabalha com crianças e se preocupa com esta problemática. A realização do presente trabalho traz resultados objetivos relativamente à panorâmica dos Parques Infantis do Distrito de Coimbra, apresentando uma demonstração real da situação concreta, pelo que esperamos que contribua não só para a eliminação dos aspetos negativos apontados e desejado melhoramento destas importantes estruturas, como também venha a ser útil para futuros investigadores.

5.2. Limitações do estudo

As eventuais limitações do estudo podem ser classificadas da seguinte maneira:

A primeira dificuldade consistiu na obtenção dos dados necessários para o presente estudo. Muitas Câmaras Municipais responderam de imediato, e com isso facilitaram o trabalho. Houve, porém, algumas menos solícitas que obrigaram a autora da presente dissertação a enviar, com insistência, o mesmo pedido, quer via e-mail, quer por contato telefónico. No entanto, com persistência, foi possível vencer mesmo os últimos retardatários, conseguindo o registo de todos os municípios, menos o de Montemor-o-Velho. Apesar disso, e para que este facto não resultasse em limitação ou perda para a tese, não se dando como satisfeita pela não resposta da Câmara de Montemor-o-Velho, a autora do presente trabalho também procedeu à observação dos parques desse município.

Outra situação, embora esporádica, foi a presença de crianças nos parques infantis. Tivemos que conversar com elas e com os respetivos adultos que as acompanhavam, pedindo-lhes que aguardassem alguns minutos, enquanto se fazia o registo fotográfico.

5.3. Investigação futura

A tarefa, tal como nos foi proposta e executada, circunscreveu-se à devida observação dos EJR segundo a FOPIN, excluindo assim qualquer análise sociológica, qualitativa e/ou quantitativa, da funcionalidade dos parques, questões que a nosso ver terão cabimento em estudos de mais lato carácter.

Futuramente os parques infantis não poderão excluir-se das possibilidades de se adaptar tecnológica e criativamente às mudanças do tempo. Neste sentido, pensamos que será importante encontrar um ponto de equilíbrio entre a tecnologia e as oportunidades para o desenvolvimento motor, para que fique dessa forma salvaguardada a possibilidade de as crianças adquirirem um estilo de vida saudável. A futura investigação terá que tomar em conta, registando-as, analisando-as detidamente e avaliando-as, as alterações conceptuais, tecnológicas e culturais que se vierem a dar, integrando-as e fundamentando-as sempre no respetivo contexto histórico, científico-tecnológico, cultural e desenvolvimentista que nos espera. Poderão ou deverão sair dessas tarefas investigativas recomendações para futuras realizações concretas.

BIBLIOGRAFIA

- Associação Portuguesa de Geógrafos [APGEO] (2004). *Território e desenvolvimento: Programa “Polis” em Coimbra*. V Congresso da Geografia Portuguesa. Territórios e Protagonistas.
http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/F3_15Out_jorge%20Duarte.pdf
- Brockhaus (2001). *Die Enzyklopädie in 24 Bänden*. Studienausgabe. Tomo 17, p. 17.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. *Psychological Review*, 101(4), 568-586.
- Brown, F. (2013). *Play deprivation: impact, consequences and the potential of playwork*. Documentation. Play Wales Online.
- Burkhalter, G. (2016). *The Playground Project*. Kunsthalle Zürich.
- Consortium for Health, Intervention, Learning and Development [CHILD] (2007). *Seven C's Findings: making outdoor play spaces places*.
<https://sala.ubc.ca/sites/sala.ubc.ca/files/documents/7Cs.pdf>
- Coelho, A. S. (2017). Brincar e pedagogia em educação de infância. *Cadernos de Educação de Infância*, 112, 98-103.
- Coelho, A. S. & Vale, V. M. (2017). Reflexões em torno do brincar em contextos de educação de infância. *Revista Observatório*, 3(6), 316-337.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [CCDR] (2008). *Tramitação para a Inspeção dos EJR*.
www.ccdr-lvt.pt/files/2932219f8ac93ff0272843f948cbbd39.pdf

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

<https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>.

Cordovil, R., Lopes, F., & Neto, C. (2018). Caracterização dos espaços de jogo e recreio na área metropolitana de Lisboa em 2017. In P. Rodrigues, A. Rebolo, F. Vieira, A. Dias, & L. Silva, *Estudos em desenvolvimento motor da criança* (pp. 159-164). Edições Piaget.

Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro de 2015. Diário da República, n.º 182/2015. Ministério da Economia.

European Norm 1176. *Playground equipment standard*. <https://www.rospa.com/play-safety/Advice/EN1176-Equipment-Standard>

European Norm 1177. *Impact attenuating playground surfacing. Methods of test for determination of impact attenuation*. <https://www.en-standard.eu/bs-en-1177-2018-impact-attenuating-playground-surfacing.-methods-of-test-for-determination-of-impact-attenuation/>

Goldstein, J. H. (2012). *Play in Children's Development, Health and Well-Being*. TIE. [ornes.nl/wp-content/uploads/2010/08/Play-in-children-s-development-health-and-well-being-feb-2012.pdf](https://www.tie.nl/wp-content/uploads/2010/08/Play-in-children-s-development-health-and-well-being-feb-2012.pdf).

Hüther, G. & Quarch, C. (2016). *Rettet das Spiel: Weil Leben mehr als Funktionieren ist*. Hanser Literaturverlage.

Huxley, A. (2013). *Admirável Mundo Novo*. Antígona.

Instituto Português de Qualidade (1998). *NP EN 1176-1. Equipamentos para espaços de jogo e recreio. Parte 1: Requisitos gerais de segurança e métodos de ensaio*. Monte de Caparica.

Instituto de Desporto de Portugal (2004). *Espaços de Jogo e Recreio, relatório*. file:///C:/Users/HP/Desktop/espacos_recreio_2004.pdf

Ivic, I. (2010). *Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934)*. MEC/Fundação Joaquim Nabuco/Ed.Massangana.

Krause-Sauerwein, S. (2014). *Das lernfördernde Potential von Bewegung in der Grundschule aus der Sicht von Lehrern – eine qualitative Untersuchung*. Ludwig-Maximilians-Universität-

Krenz, A. (2010). *"Das Spiel ist der Beruf jedes Kindes!" Das kindliche Spiel als Selbsterfahrungsfeld und Bildungsmittelpunkt für Kinder*.

<https://www.kindergartenpaedagogik.de/fachartikel/freispiel-spiele/2100>

LexPoint (2015, novembro 3). *Alterações ao regime dos parques infantis*. <https://www.lexpoint.pt/Default.aspx?PageId=128&ContentId=64831>

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2014). *O Capitalismo Estético na Era da Globalização*. Edições 70.

Lipovetsky, G. & Charles, S. (2018). *Os Tempos Hipermodernos*. Edições 70.

López, I. (2000). El juego en la educación infantil y primaria. *Autodidacta*, 19, 19-37.

Menezes, H., & Galvão, S. (2005). *Espaços de Jogo e Recreio. Estudo sobre a aplicação da Legislação*. Edição Instituto do Consumidor

Neto, C. (2001). A criança e o jogo: perspectivas de investigação. In B. Pereira, A. Pinto (Coord.). *A Escola e a Criança em Risco - Intervir para Prevenir* (pp. 31-51). Edições ASA.

Organização das Nações Unidas (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. <http://www.dge.mec.pt/.../declaracao>.

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing/pt

Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.
https://www.youtube.com/watch?v=_gwbmF1r-XA.

Orwell, G. (2007). *1984*. Antígona.

Pecci, M. C., Herrero, T., López, M. & Mozos, A. (2015). *El juego infantil y su metodología. Unidad 2. El juego en el desarrollo infantil*. McGraw-Hill.

Publication Manual of the American Psychological association (2020). *NORMAS APA: 7.ª EDIÇÃO*.

Samuelsson, I. & Carlsson, M. A. (2008). The Playing Learning Child: Towards a pedagogy of early childhood. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 52(6), 623-641.

Schmidt, J. (2016, junho 18). *Sinn und Zweck von Kinderspielplätzen. Momente des Drehtaumels*. Taz.

<https://taz.de/Sinn-und-Zweck-von-Kinderspielplaetzen/!5312125/>

Shipley, C. D. (2008). *Empowering children. Play-based curriculum for lifelong learning*. Nelson Ed.

Textor, M. R. (2015). *Spiel und Spielförderung*.

<https://www.kindergartenpaedagogik.de/fachartikel/freispiel-spiele/spiel-und-spielfoerderung>

Welsh Government (2012). *Creating a Play Friendly Wales. Statutory Guidance to Local Authorities on assessing for sufficient play opportunities for children in their areas*.

<https://senedd.wales/Laid%20Documents/GEN-LD9061%20-%20Creating%20a%20Play%20Friendly%20Wales%20-%20Statutory%20Guidance%20to%20Local%20Authorities%20on%20assessing%20for%20sufficie-11102012-239348/gen-ld9061-e-English.pdf>

ANEXOS

Anexo 1. Carta às Câmaras Municipais do Distrito de Coimbra

Na qualidade de estudante de curso de Mestrado em Jogo e Motricidade na Infância da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) – Instituto Politécnico de Coimbra, venho por este meio solicitar a V. Exa.^a que me seja facultada lista de todos os Espaços de Jogo e Recreio públicos (parques infantis e espaços de recreio e lazer para crianças públicas, excluindo os implantados em escolas ou jardins de infância) sob tutela da Câmara Municipal e ou delegados a Juntas de Freguesia do Vosso Concelho.

Relaciona-se este pedido com a elaboração de um estudo sobre os Espaços de Jogo e Recreio no Distrito de Coimbra, enquadrado no trabalho de pesquisa do Mestrado sobre “Espaços de Jogo e Recreio no Distrito de Coimbra”, orientada pelo Professor Doutor Rui Mendes da ESEC.

Manifesto a minha disponibilidade para eventuais esclarecimentos que considerar necessários.

Agradeço a atenção dispensada, e aguardo a Vossa resposta.

Com os melhores cumprimentos,

Coimbra, 2018-12-17

Alexandra Gouveia Delille

Telemóvel: 91 942 79 35 (o meu número de telemóvel na altura)

Mail: alexandra_delille@hotmail.com

Anexo 2. Ficha de Observação dos Espaços de Jogo e Recreio: Parques Infantis

FOPIN®

2. DADOS DO OBSERVADOR

1	Nome <i>(primeiro)</i>	
2	Sobrenome <i>(último)</i>	
3	Nome Completo	
4	Sexo <i>(masculino/feminino)</i>	
5	Idade	anos
6	Curso	
7	Ano Letivo	20 / 20
8	Unidade Curricular	
9	Ano curricular	º Ano
10	E-mail	
11	Telemóvel	

3. DADOS DA OBSERVAÇÃO

12	Data da observação <i>(aaaa-mm-dd)</i>	- -
13	Nome do Parque Infantil	
14	Localização: Distrito	
15	Localização: Concelho	
16	Localização: Freguesia	
17	Localização: <i>(latitude / longitude = N , W)</i> GPS <i>(ex: 40°12.313 N, 8°24.357 W)</i>	° . N , ° . W
18	Período de observação <i>(dia / noite)</i>	
19	Pessoas a usarem o parque <i>(sim / não)</i>	

1 DADOS GERAIS

1.1 Nome do parque _____

1.2 Empresa produtora _____

1.3 Morada do parque _____

1.4 Entidade responsável pela manutenção e supervisão do parque _____

1.5 Dimensão *(ex: 20x10 metros)* _____ x _____ metros

1.6 Área *(ex: 200 m²)* _____ m²

1.7 No parque existem: *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta)*

- 1.7.1 Abrigos para a chuva _____
- 1.7.2 Bancos _____
- 1.7.3 Casas de banho públicas _____
- 1.7.4 Telefone acessível _____
- 1.7.5 Fonte de água potável _____

1.8 O parque possui equipamentos pintados com várias cores? *(sim, não)* _____

1.9 O parque possui equipamentos de vários materiais? *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta)*

- 1.9.1 Madeira _____
- 1.9.2 Metal _____
- 1.9.3 Borracha _____
- 1.9.4 Plástico _____
- 1.9.5 Outro? _____, 1.9.5.1 *indique qual* _____

2 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

2.1 Tipo de localização face ao centro da localidade *(escolher apenas um: assinalar com X)*

- 2.1.1 Central _____
- 2.1.2 Periférico _____

2.2 Localização e enquadramento em relação a outro espaço de lazer público *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta)*

- 2.2.1 Jardim público _____
- 2.2.2 Jardim botânico ou zona de reserva natural e ou florestal _____
- 2.2.3 Piscina _____
- 2.2.4 Praia (marítima ou fluvial) _____
- 2.2.5 Instalação desportiva _____
- 2.2.6 Instalação ou área para merendar _____
- 2.2.7 Instalação de equipamentos fixos para atividade física de adultos ou idosos _____
- 2.2.8 Outro _____, 2.2.8.1 *indique qual* _____

2.3 Vegetação *(escolher apenas uma: assinalar com X)*

- 2.3.1 Com vegetação _____
- 2.3.2 Sem vegetação _____

2.4 O parque pode ser alcançado facilmente *(escolher uma ou mais: assinalar com X)*

- 2.4.1 A pé _____
- 2.4.2 De carro _____
- 2.4.3 De bicicleta _____
- 2.4.4 De transporte público _____

2.5 Existe alguma zona de estacionamento de bicicletas, trotinetes, skates ou similares? *(sim, não)* _____

2.6 Existe perto do parque alguma rua muito movimentada? (sim, não) _____

2.7 Se necessário, foram tomadas medidas de segurança para tornar o parque mais acessível? (sim, não) _____

2.7.1 Se sim, quais? (escolher uma ou mais: assinalar com X)

2.7.1.1 Passadeiras _____

2.7.1.2 Barreiras de segurança _____

2.7.1.3 Outra _____, 2.7.1.3.1 indique qual _____

2.7.2 Estão em boas condições? (sim, não) _____

2.8 O acesso ao parque está facilitado a crianças com deficiência? (sim, não) _____

2.9 O acesso aos aparelhos está facilitado a crianças com deficiência? (sim, não) _____

3 SUPERFÍCIE

3.1 Que materiais foram utilizados para cobrir a área do parque? (escolher uma ou mais: assinalar com X)

3.1.1 Cimento _____

3.1.2 Asfalto _____

3.1.3 Relva natural _____

3.1.4 Areia _____

3.1.5 Piso de borracha modular (sintético aos quadrados) _____

3.1.6 Piso de borracha em contínuo (sintético contínuo) _____

3.1.7 Terra batida _____

3.1.8 Areão _____

3.1.9 Aparas _____

3.1.10 Relva sintética _____

3.1.11. Outro _____, 3.1.11.1 indique qual _____

3.2 Estão em boas condições (sim, não: escolha apenas uma opção para cada resposta)

3.2.1 De limpeza _____

3.2.2 De conservação _____

3.3 Como é o piso da área que serve de base aos aparelhos? (escolher uma ou mais: assinalar com X)

3.3.1 Cimento _____

3.3.2 Asfalto _____

3.3.3 Relva natural _____

3.3.4 Areia _____

3.3.5 Piso de borracha modelar (sintético aos quadrados) _____

3.3.6 Piso de borracha em contínuo (sintético contínuo) _____

3.3.7 Terra batida _____

3.3.8 Areão _____

3.3.9 Aparas _____

3.3.10 Relva sintética _____

3.3.11 Outro _____, 3.3.11.1 indique qual _____

- 3.4 Estão em boas condições *(sim, não: escolha apenas uma opção para cada resposta)*
- 3.4.1 De limpeza _____
- 3.4.2 De conservação _____
- 3.5 Existem sinais que indicam a sua utilização por cães? *(sim/não)* _____

4 CARACTERÍSTICAS

- 4.1 **Tipos de zonas existentes no parque** *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta)*
- 4.1.1 Zona de manipulação-locomoção associadas a estruturas fixas (realização de ações motoras onde os dedos, mãos, braços e toque estão associadas ao toque e/ou preensão e/ou deslocação em estruturas fixas, ex.: agarrar; trepar, etc.) _____
- 4.1.2 Zona de mobilidade e/ou de uso aberto (associadas a diferentes ações motoras relativas à mobilidade do corpo que não necessitem de equipamento, por exemplo, o estar de pé, gatinhar, correr, saltar, etc.; e/ou associadas a não ter nenhuma função específica, permitindo uma diversidade de ações e de comportamentos). _____
- 4.1.3 Zona de equilíbrio e/ou balanço (possibilita experimentar o corpo em situações de equilíbrio, desequilíbrio e de transição entre estas duas) _____
- 4.1.4 Zona de criatividade (promove brincar ao faz de conta, e a transição entre o real, fantasia e sócio-dramático e/ou o contacto com materiais e/ou equipamentos que abrem possibilidades para a construção, ex.: uma caixa de areia; paus; escavadora). _____
- 4.1.5 Zona de multi-actividades (confluência de duas ou mais zonas anteriores numa só) _____
- 4.1.6 Zona de diferenciação única (área onde existe um equipamento/elemento único que se destaca das restantes pela sua estrutura, ou estética altamente contrastante). _____
- 4.1.7 Zona de comunicação (áreas de circulação e de ligação entre as diferentes áreas) _____
- 4.1.8 Zona destinada a saltos (trampolins ou estruturas similares) _____
- 4.1.9 Zona destinada à prática de skate ou outros desportos sobre rodas _____
- 4.2 É autorizada a circulação de bicicletas, trotinetes ou skates dentro do parque? *(sim, não)* _____
- 4.3 **Categorias de equipamentos/elementos naturais existentes no parque**
- 4.3.1 **Equipamento ou elemento natural para habilidades motoras:**
(escrever número de equipamentos existentes)
- 4.3.1.1 Equipamento ou elemento natural para trepar / escalar _____
- 4.3.1.2 Equipamento ou elemento natural para deslizar / escorregar _____
- 4.3.1.1. Equipamento ou elemento natural para suspensão _____
- 4.3.1.2. Equipamento ou elemento natural de equilíbrio _____
- 4.3.1.3. Equipamento ou elemento natural de balanço _____
- 4.3.1.4. Equipamento ou elemento natural de rodopiar ou rotação _____
- 4.3.1.5. Equipamento ou elemento natural para habilidades motoras de manipulação _____
- 4.3.1.6. Equipamento ou elemento natural para habilidades motoras combinadas (ex: alvos parabolas) _____

4.3.2 Equipamento ou elemento natural para diferentes tipos de jogo:

(escrever número de equipamentos existentes)

- 4.3.2.1 Equipamento ou elemento natural para jogo social (ex.: jogos, conversas) _____
- 4.3.2.2 Equipamento ou elemento natural para jogo criativo (simbólico e construção, faz-de-conta e/ou materiais como areia, pedras soltas, escavadora, água) _____
- 4.3.2.3 Equipamento ou elemento natural para jogo de atividade física (ex.: trepar, balancear, deslizar) _____
- 4.3.2.4 Equipamento ou elemento natural para refúgio (esconderijo) _____

4.3.3 Equipamentos ou elementos naturais e relação com o tipo de estrutura dos mesmos:

(escrever número de equipamentos existentes)

- 4.3.3.1 Multi-estrutural (estruturas complexas multi-funcionais, ex.: escorrega ligado a um castelo; uma árvore, uma teia) _____
- 4.3.3.2 Uni-estrutural (estruturas, ou elementos isolados, ex.: escorrega, casa, o tronco de uma árvore) _____
- 4.3.3.3 Estrutura única e diferenciada (equipamento/elemento único que se destaca das restantes pela sua estrutura, ou estética altamente contrastante). _____
- 4.3.3.4 Estrutura de uso aberto (espaços sem equipamentos e com poucos ou nenhuns elementos naturais ou construídos) _____
- 4.3.3.5 Estrutura de circulação (espaços de circulação e ligação, ex.: caminhos, espaços de transição identificados) _____

4.4 Tipos de equipamento existentes no parque

4.4.1 Equipamento para exercício de habilidades motoras : *(escrever número de equipamentos existentes)*

- 4.4.1.1 Equipamento de equilíbrio _____
- 4.4.1.2 Armações para trepar / paredes para escalar _____
- 4.4.1.3 Equipamento para suspensão _____
- 4.4.1.4 Alvos para bolas _____
- 4.4.1.5 Equipamento gímnico _____

4.5 Combinado com experiência sensorial (velocidade, giros, vertigem)

(escrever número de equipamentos existentes)

- 4.5.1.1 Baloços tradicionais _____
- 4.5.1.2 Baloços em pneus _____
- 4.5.1.3 Baloços colectivos _____
- 4.5.1.4 Baloço em corda (liana) _____
- 4.5.2 Balancins de mola _____
- 4.5.3 Pontes (equipamento móvel) _____
- 4.5.4 Balancés (see-saws) _____
- 4.5.5 Carrossel _____
- 4.5.6.1 Escorregas convencionais _____
- 4.5.6.2 Escorregas largos (possibilitam que crianças lado a lado possam deslizar juntas) _____
- 4.5.6.3 Escorregas em tubo _____
- 4.5.6.4 Escorregas em espiral _____
- 4.5.7 Modelações _____
- 4.5.8 Poste do bombeiro _____
- 4.5.9 Argolas _____

4.6 Combinado funções (movimento em combinação com outros fatores),

jogos de regras, jogos simbólicos e experiência sensorial *(escrever número de equipamentos existentes)*

- 4.6.6 Combinação de equipamento pequeno (ex: casas com escadas) _____
- 4.6.7 Combinação de equipamento grande (ex: multi-estrutura ligada) _____
- 4.6.8 Estruturas para jogos (ex: ténis de mesa, ténis, badminton, outros) _____

4.7 Equipamento com o qual se simula, cria e constrói

4.7.6 Equipamento de representação estática *(escrever número de equipamentos existentes)*

- 4.7.6.1 Animais (fixos ou móveis) _____
- 4.7.6.2 Barcos, automóveis, motas, _____
- 4.7.6.3 Esculturas (plástico ou metal) _____
- 4.7.6.4 Troncos de árvores _____
- 4.7.6.5 Túneis (cimento, metal, outros) _____
- 4.7.6.6 Escavadoras e similares (aparelhos com comandos manuais) _____
- 4.7.6.7 Moinhos e seus acessórios (normalmente para brincar com areia e água) _____

4.7.7 Equipamento para refúgio *(escrever número de equipamentos existentes)*

- 4.7.7.1 Cabanas _____
- 4.7.7.2 Abrigos _____
- 4.7.7.3 Torres, fortes _____
- 4.7.7.4 Casa de jogo tradicional _____

4.7.8 Materiais de construção *(escrever número de equipamentos existentes)*

- 4.7.8.1 Caixa de areia _____
- 4.7.8.2 Blocos de construção _____
- 4.7.8.3 Água _____
- 4.7.8.4 Módulos de madeira _____

5 SEGURANÇA

5.5 Nos equipamentos existentes no parque verifica-se alguma das seguintes situações? *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta; Se sim, indique em qual equipamento ou equipamentos)*

- 5.5.1 Falta de alguma parte da estrutura _____, 5.1.1.1 _____
- 5.5.2 Partes da estrutura danificadas _____, 5.5.2.1 _____
- 5.5.3 Falta de parafusos ou porcas _____, 5.5.3.1 _____
- 5.5.4 Suportes que não estão bem fixos ao solo _____, 5.5.4.1 _____
- 5.5.5 Sinais de ferrugem ou corrosão _____, 5.5.5.1 _____
- 5.5.6 Lascas, fendas, saliências, pregos que ponham em perigo a segurança das crianças _____, 5.5.6.1 _____

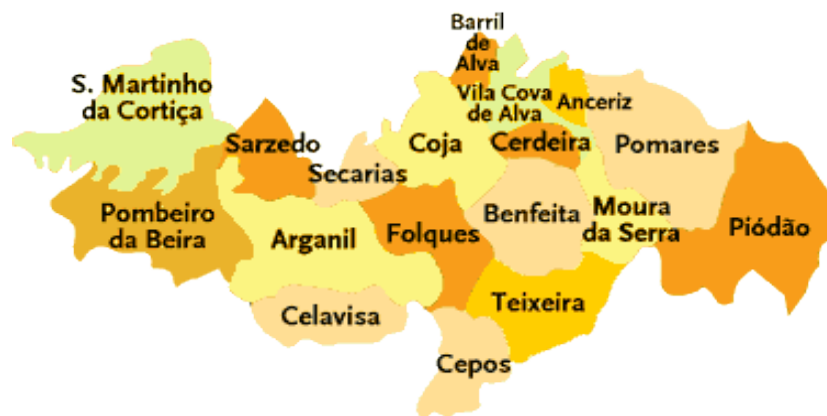
5.6 Sinalização. Existem sinais que dão informação sobre: *(sim, não: escolha uma opção para cada resposta)*

- 5.6.1 A idade a que se destina o parque _____
- 5.6.2 A idade a que se destina cada estrutura _____
- 5.6.3 Restrições ou limitações a algumas áreas do parque _____
- 5.6.4 Proibição à entrada de cães _____

Anexo 3. Mapa do Distrito de Coimbra / Mapas de 15 concelhos do Distrito de Coimbra (por ordem alfabética)



<https://www.bing.com/images/search?q=MAPA+DO+DISTRITO+DE+COIMBRA&form=HDRSC2&first=1&cw=1117&ch=305>



Concelho de Arganil

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+arganil&FORM=HDRSC2>



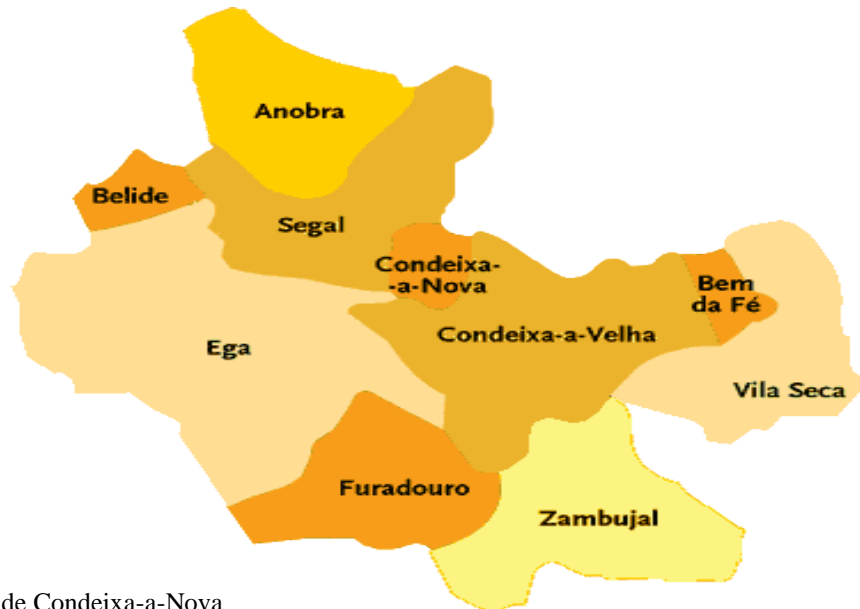
Concelho de Cantanhede

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+cantanhede&FORM=HDRSC2>



Concelho de Coimbra

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+coimbra&FORM=HDRSC2>



Concelho de Condeixa-a-Nova

<https://www.bing.com/images/search?q=mapas+do+concelho+de+condeixa+a+nova&FORM=HDRSC2>



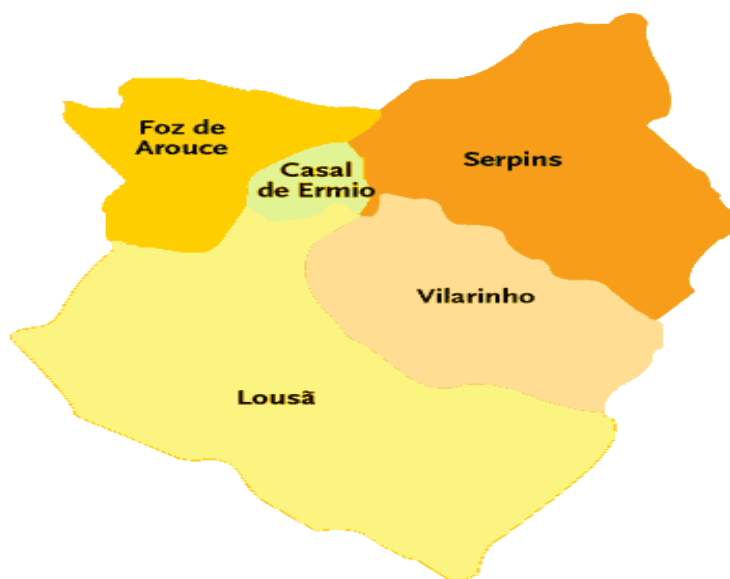
Concelho da Figueira da Foz

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+da+figueira+da+foz&FORM=HDRSC2>



Concelho de Góis

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+gois&FORM=HDRSC2>



Concelho da Lousã

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+da+lousa&FORM=HDRSC2>



Concelho de Miranda do Corvo

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+miranda+do+corvo&FORM=HDRSC2>



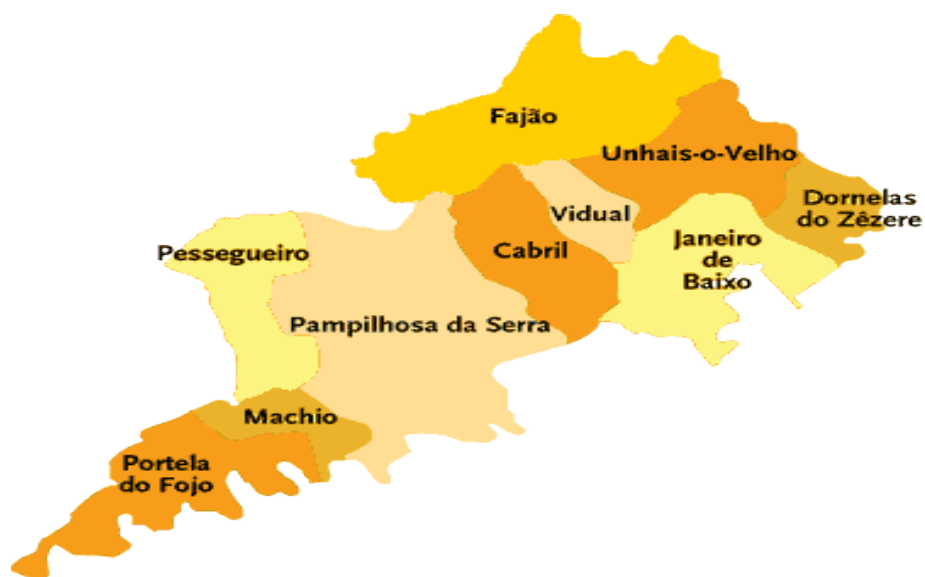
Concelho de Montemor-o-Velho

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+montemor-o-velho&FORM=HDRSC2>



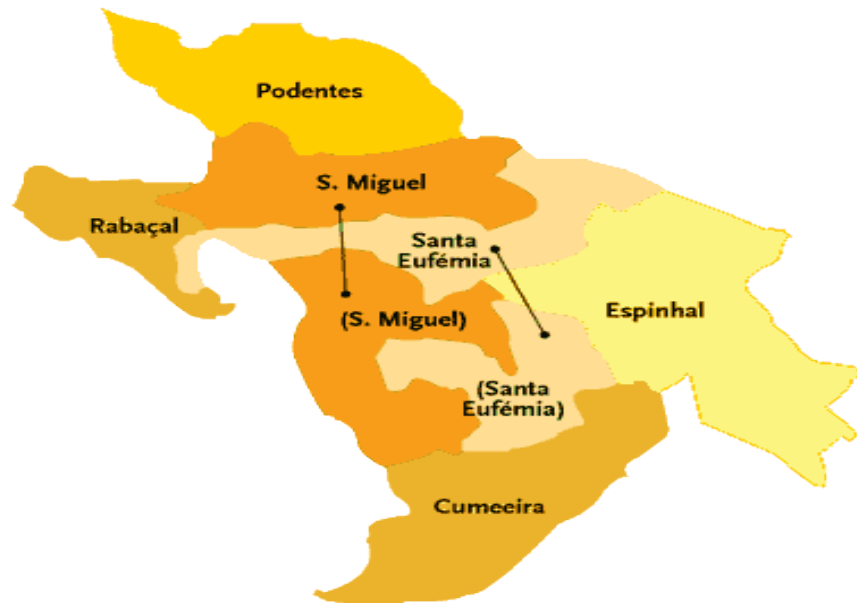
Concelho de Oliveira do Hospital

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+oliveira+do+hospital&FORM=HDRSC2>



Concelho da Pampilhosa da Serra

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+pampilhosa+da+serra&FORM=HDRSC2>



Concelho de Penela

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+penela&FORM=HDRSC2>



Concelho de Soure

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+soure&FORM=HDRSC2>



Concelho de Tábua

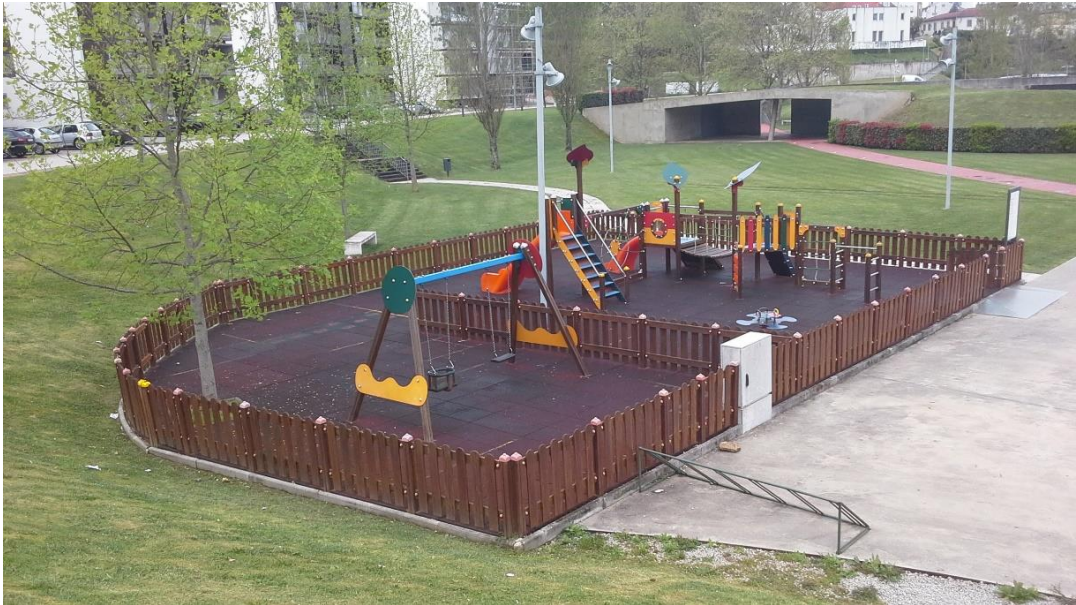
<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+tabua&FORM=HDRSC2>



Concelho de Vila Nova de Poiares

<https://www.bing.com/images/search?q=mapa+do+concelho+de+vila+nova+de+poiares&FORM=HDRSC2>

Anexo 4. Fotografias das vistas gerais dos parques infantis (por ordem alfabética dos respetivos concelhos)



Parque infantil do Sub Paço em Arganil



Parque infantil do Largo de São João em Cantanhede



Parque infantil da Igreja de São José em Coimbra



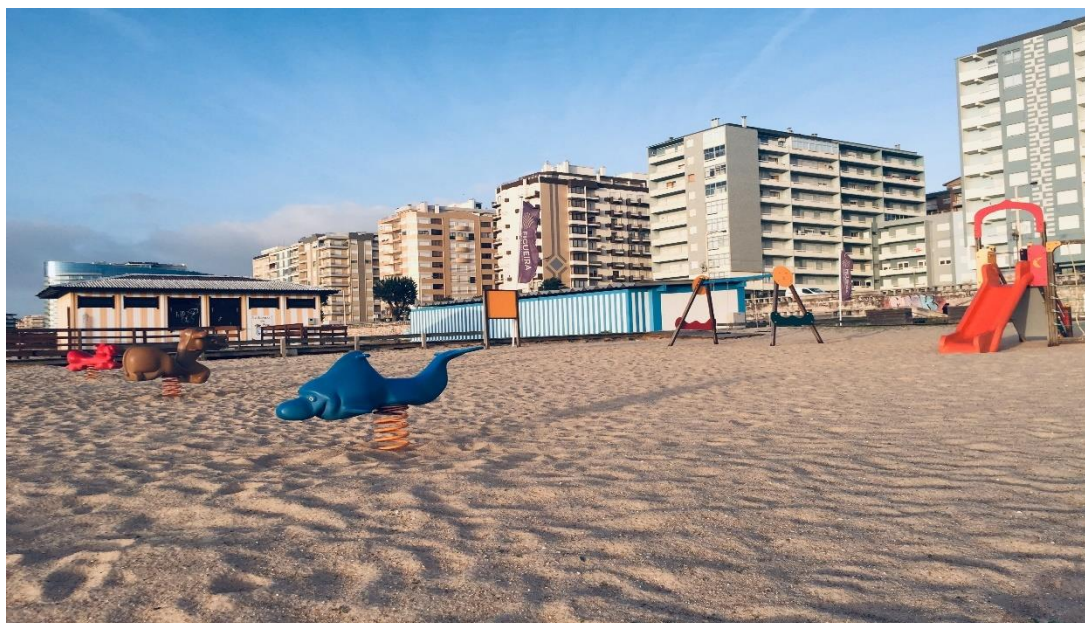
Parque infantil da Casa do Sal em Coimbra



Parque infantil do Parque Verde em Coimbra



Parque infantil do parque verde de Ribeira de Bruscos em Condeixa-a-Nova



Parque infantil da Torre do Relógio na Figueira da Foz

Parque infantil Hugo Miguel Piteira Barata em Góis





Parque infantil do parque Carlos Reis na Lousã



Parque infantil da Praça José Falcão em Miranda do Corvo



Parque infantil do parque da Juventude em Montemor-o-Velho



Parque infantil do Jardim Oliveira Mano em Oliveira do Hospital



Parque infantil do Regionalismo na Pampilhosa da Serra



Parque infantil de São Sebastião em Penela



Parque infantil do Jardim da Várzea em Soure



Parque infantil da Alegria em Tábua



Parque infantil Municipal de Vila Nova de Poiares